

EDIÇÃO
Nº 17

ÁGUAS DO BRASIL

Revista editada pela REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacia - Fevereiro/2017 - Ano 6



A NOVA CARA DA GESTÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL

VEJA COMO A
JUVENTUDE TEM SE
MOBILIZADO COMO
UM ELEMENTO
TRANSFORMADOR

OS 20 ANOS

DO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA

Artigo de Benedito Braga, Presidente do Conselho



aguasdobrasil.org

APOIO

PARCEIROS REBOB NA DIVULGAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

GS Inima Brasil



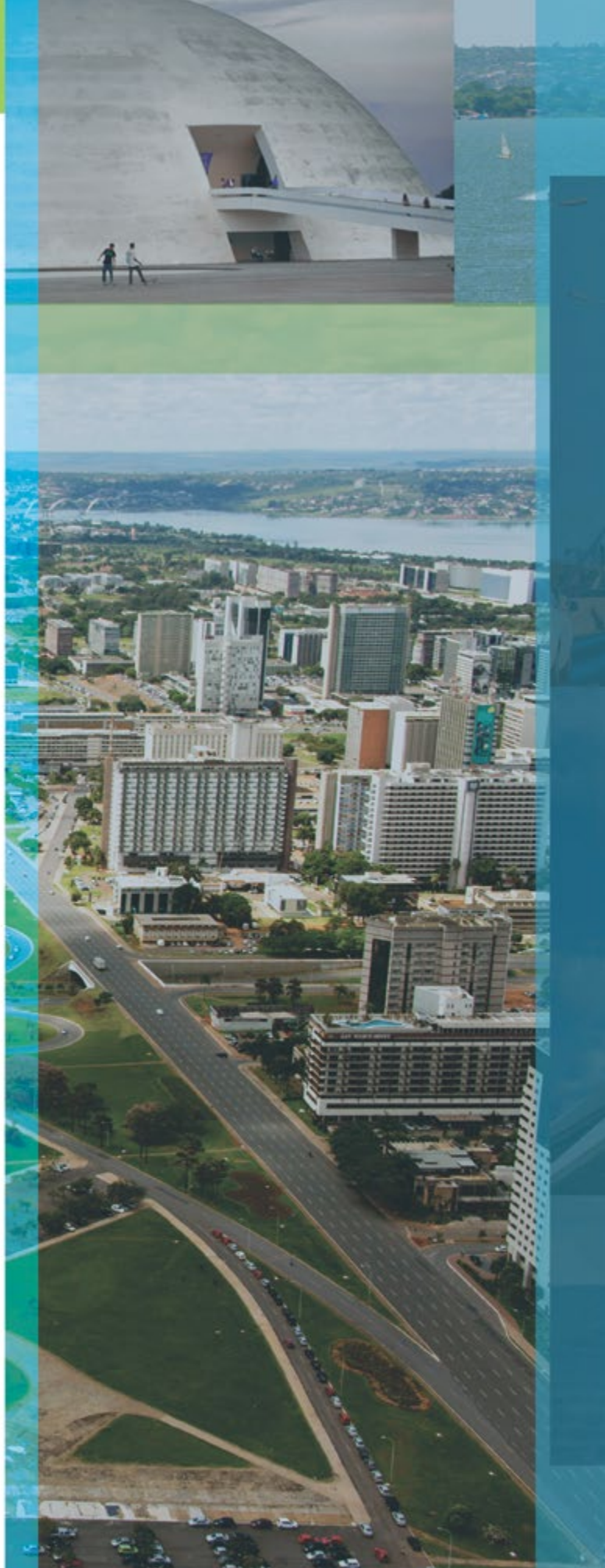
CONSTRUDAHER
CONSTRUÇÕES LTDA



Engenharia e Consultoria Empresarial



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



18 a 23 de
Março de 2018

8^o
Fórum Mundial
da Água

Brasília-Brasil
2018

08



A nova cara da gestão de águas no Brasil!

18



CASES - Conheça vários projetos de sucesso idealizados pela juventude.

06



20º Aniversário do Conselho Mundial da Água

44



Água: uma questão de regulação e consciência

48



Vão privatizar o Aquífero Guarani?

Expediente

DIREÇÃO EXECUTIVA E COORDENAÇÃO
TÉCNICA
REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacias
Hidrográficas.

SUPERVISÃO TÉCNICA E ARTÍSTICA
Lupércio Zirolto Antônio

DIAGRAMAÇÃO, PRODUÇÃO E REVISÃO
Excelent Midia Publicidade
+55 18.3634-1782

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Beatriz Bugiga - MTB: 58244/SP

EDIÇÃO
REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacias
Hidrográficas.

Rua Bento da Cruz, nº 654, Sala 04
Centro Birigui/SP – CEP 16.200-108
CNPJ: 02.925.407/0001-55
Fone: +55-18-3642.3655
rebob@rebob.org.br
www.rebob.org.br
www.aguasdobrasil.org

TODOS POR UMA CAUSA:

CUIDAR DAS ÁGUAS

Meus amigos e amigas das águas.

As vezes temos a impressão que o caminhar neste mundo é sobre uma corda bamba onde em todos os momentos parece que vamos perder o equilíbrio e cair.

E sem rede embaixo esperando a queda.

Seja nas lambanças políticas de muitos líderes mundiais ou no limiar de guerra tantas vezes desenhado em territórios hostis e não hostis, o ser humano está a assistir a cada dia um acontecimento diferente que o leva a sempre pensar pelo pior.

E neste contexto, o tempo não para.

A informação acelera seus bits e chega a todos nós em uma velocidade incrível acrescentando neste tempero o receio de que não temos onde nos apoiar mesmo, deixando a corda mais bamba e nós mais próximos do desequilíbrio.

O homem, o maior prejudicado neste cenário, paradoxalmente, na ânsia de se manter vivo, intensifica o ataque aos recursos naturais buscando desenvolvimento que lhe dará renda e vai a cada dia danificando mais seu território, seu lar.

E assim, com uma população cada vez maior, nosso planeta assiste cada vez mais a processos de degradação, lutas armadas e fome crescente para seus habitantes.

Mas, espere. Chega de ver o fim do mundo logo ali. Talvez consigamos nos equilibrar nesta corda bamba. Nem tudo são más notícias.

Ao mesmo tempo em que assistimos à irresponsabilidade de muitos governantes, percebemos que o homem comum, aquele a quem cabe construir a vida no planeta, vai se socializando e participando cada vez mais dos processos de governança, de decisão.

E isto é bom. Muito bom.

Desta forma, levantando bandeiras, o homem tem conseguido no mundo a reversão de muitas destas “maldades” que estão sendo cometidas.

Como nosso assunto é água, em específico neste tema, é grande a satisfação de perceber o grande número de atores dos mais diversos segmentos, participando dos processos de gestão dos recursos hídricos. Com uma só intenção: cuidar melhor de nossas águas.

Esta edição explora com grande alegria a inserção dos jovens neste processo de gestão das águas. Muitos jovens estão se movimentando no mundo neste exato momento na luta pela recuperação, preservação e conservação de nossas águas superficiais e subterrâneas.

Eles são uma força nova, vibrante e fundamentalmente com potencial construtivo para um melhor cuidado com nossas águas.

Eles se unem a tantos espalhados neste planeta pela conscientização na educação ambiental com nossos recursos hídricos.

Isto mostra, mesmo em um mundo virando do avesso, como somos resilientes.

Fortes e cheios de esperança de um mundo melhor.

Acreditamos que os bons vencerão os maus um dia e a corda bamba não será mais bamba nem teremos que nos equilibrar.

Afinal, somos todos jovens, cheios de uma força interna grandiosa para cuidar de nossos espaços e de nossa vida. Em especial, cuidar de nossas águas, uma causa nobre que nos une.

Lupercio Zirolto Antonio

Presidente da REBOB
e Governador do Conselho
Mundial da Água





20 YEARS OF ACHIEVEMENT

20º ANIVERSÁRIO DO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA

20 ANOS DE **ENGAJAMENTO, DIÁLOGO E AÇÃO** MULTISSETORIAL EM ÂMBITO GLOBAL PARA TEMAS LIGADOS À ÁGUA, BEM-ESTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Por Benedito Braga

Muito mudou em nosso planeta nos últimos vinte anos.

Muitas etapas cruciais foram alcançadas em termos de acesso à água potável e aos serviços de saneamento, mas principalmente sobre a importância dada à segurança hídrica e suas relações às mudanças globais em termos de crescimento demográfico, desenvolvimento urbano, poluição e variabilidade do clima.

Em âmbito global, registraram-se progressos significativos em relação a numerosos objetivos designados pelas Nações Unidas, mas nenhuma dessas conquistas poderiam ter sido alcançadas sem uma mudança importante no modo de pensar e agir das pessoas.

O nosso esforço comum materializou-se por meio das diversas edições do Fórum Mundial da Água, mas, principalmente através de nossas ações diárias, que possibilitaram o reconhecimento global da importância de garantirmos segurança hídrica a toda população.

Agora, com 20 anos de retrospectiva, é claro que a água, o bem-estar humano, o crescimento e o desenvolvimento sustentável são partes integrantes deste quebra-cabeça global. Retire um e o castelo desmoronará. Enfatize demais o outro, e o edifício tremerá.

O resultado da equação neste caso é que a necessidade de agir coletivamente nunca teve tanta importância. Nesse sentido, o Conselho Mundial da Água desempenha um papel único, estabelecendo um diálogo multisetorial, com a inclusão de governos, da academia, da sociedade civil em geral, bem como fortalecendo os canais de disseminação da informação para uma gestão sustentável dos recursos hídricos.

Velhos problemas se metamorfosearam e novos surgiram. Devemos constantemente repensar nossas ferramentas, nossos sistemas, nossas respostas. Temos que transcender a retórica e partir para a ação, seja nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nas negociações sobre o clima, na Nova Agenda Urbana ou no Plano de Ação desenvolvido pelo Painel de Alto Nível sobre a Água.



Ao longo de vinte anos, o Conselho Mundial da Água vem trabalhando nas linhas de frente do desenvolvimento sustentável, defendendo a mudança e conectando os países aos conhecimentos, experiências e recursos de que precisam para ajudar as pessoas a construírem vidas melhores. O mundo mudou significativamente ao longo destes anos.

O Conselho Mundial da Água também mudou com ele, e nunca deixará de acompanhar as transformações e se adaptar às novas realidades.

O Conselho está preparado para permanecer no cerne deste mundo em constante transformação e fazer o nosso melhor para a criação de sociedades justas e inclusivas que se preocupam com as pessoas que vivem em condições precárias em todo o mundo.

A construção de um mundo melhor é responsabilidade que recai sobre todos, uma responsabilidade que desconhece limites políticos, de cor ou de gênero.

Devemos garantir que a água seja sabiamente usada e compartilhada para o bem-estar da humanidade.

Com foco no tema “Compartilhando Água”, o 8º Fórum Mundial da Água que será sediado em Brasília em 2018, oferece uma oportunidade única para que este objetivo seja alcançado.

www.worldwatercouncil.org

@wwatercouncil

#wwatercouncil



O Conselho Mundial da Água é uma organização internacional de plataforma multi-stakeholder, sendo o fundador e co-organizador do Fórum Mundial da Água. Sua missão é mobilizar a ação em questões críticas relacionadas à água em todos os níveis, incluindo o mais alto nível de tomada de decisão, envolvendo as pessoas no debate e desafiando o pensamento convencional. A atuação do Conselho recai nas dimensões políticas da segurança hídrica, da adaptação e da sustentabilidade, e trabalha para posicionar a água no topo da agenda política global. Com sede em Marselha, França, e criado em 1996, o Conselho Mundial da Água reúne cerca de 350 organizações membros de mais de 50 países diferentes. O Brasil conta com 35 organizações associadas. A Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas e três outras organizações brasileiras fazem parte do Conselho de Governadores. Nosso país e a cidade de Brasília serão os anfitriões do 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

Para mais informações, acesse: www.worldwaterforum8.org



Bedito Braga

Presidente do Conselho Mundial da Água e Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo

A nova cara da gestão das águas no Brasil



A juventude brasileira está articulada e liderando várias iniciativas por uma gestão das águas mais sustentável e inclusiva no Brasil e no mundo.

Estamos presentes em eventos científicos e políticos sobre águas apresentando soluções tecnológicas e sociais inovadoras para preservar a qualidade e quantidade das águas. Criamos organizações da sociedade civil para participar de comitês de bacia hidrográfica e conselhos de meio ambiente e recursos hídricos, garantindo nossa representatividade em tomadas de decisão. Colocamos as mãos na massa em ações de educação ambiental que sensibilizam outros jovens para os desafios que impedem muitos países, como o Brasil, de executar com sucesso políticas globais como os Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas, que ressaltam a necessidade de “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” (ODS 06).

Neste especial, reunimos as trajetórias, expectativas, lições e desafios de alguns jovens e suas iniciativas que estão moldando a nova gestão das águas no Brasil. Somos mais de 51 milhões de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, somando um quarto da população brasileira (IBGE, 2014), mas a nossa participação ainda está longe do seu potencial de representatividade e transformação.



Foto divulgação: www.visitbrasil.com

Em março de 2018, o Brasil sedia a 8ª edição do Fórum Mundial das Águas.

Trata-se do maior evento global sobre água, realizado a cada três anos pelo país anfitrião e o Conselho Mundial da Água, organização internacional que tem como missão “promover a conscientização, construir compromissos políticos e provocar ações em temas críticos relacionados à água para facilitar a sua conservação, proteção, desenvolvimento, planejamento, gestão e uso eficiente, em todas as dimensões, com base na sustentabilidade ambiental, para o benefício de toda a vida na terra”.

O Fórum reúne e facilita o diálogo entre governo, sociedade civil, empresas e academia, visando ao desenvolvimento de políticas públicas e soluções para o uso racional e sustentável dos recursos hídricos. Neste evento, que soma mais de 30 mil pessoas de vários países, a participação significativa da juventude brasileira é essencial para garantir processos democráticos; para garantir que não somente jovens, mas também mulheres, afrodescendentes e demais grupos em situação de vulnerabilidade social e ambiental participem de forma ativa da construção de uma sociedade melhor para todos.

Você, jovem: procure saber como é o acesso à água e saneamento na sua cidade, no seu estado, no seu país. Some forças com as iniciativas lideradas por jovens pelas águas. Esteja a frente de ações locais que tenham impacto positivo sobre os recursos hídricos. Seja você também a nova cara da gestão das águas no Brasil!

Saiba mais sobre o Fórum:

<http://www.worldwaterforum8.org/>

TATIANA SILVA

Co-fundadora do FA.VELA, voluntária da Water Youth Network e Jovem Delegada do Conselho Mundial da Água para as Américas. Mestre em Gerenciamento de Recursos Hídricos e Geografia (UNESCO-IHE/UFG).





WATER YOUTH NETWORK

POR MARINA HORTA, TATIANA SILVA
E VIVIANE VIRGOLIN

A Water Youth Network (WYN) foi criada em 2012 por jovens de diferentes países que se reuniram durante o 6º Fórum Mundial da Água (França, 2012) para discutir soluções aos problemas hídricos do mundo. Desde então, a organização vem crescendo e se consolidando como um importante conector global e inclusivo no setor hídrico, reunindo uma vibrante comunidade de mais de 100 estudantes e jovens profissionais em diferentes disciplinas e de todas as partes do mundo.

Por meio da realização de laboratórios de inovação, debates, oficinas e outras atividades formativas, a WYN busca o seu objetivo de fortalecer a conexão entre os jovens e promover seu empoderamento para que eles se tornem agentes da mudança, garantindo que haja troca de conhecimento e experiências entre gerações de profissionais da água e a inclusão dos jovens em processos de tomada de decisão.

Dentre as atividades desenvolvidas pela WYN a nível mundial, destaca-se a inclusão de jovens em fóruns, seminários e congressos do setor de águas. Em 2013, a WYN convocou o Fórum de Jovens na Cúpula da Água em

presencialmente e por redes sociais para a construção coletiva de um manifesto da juventude pela água. O documento contribuiu para que, na revisão dos primeiros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o acesso à água e saneamento para todos fosse adotado como um objetivo único, e não somente apresentado como sub-meta de outros ODS.

Em novembro de 2016, novamente a WYN encabeçou a organização do Fórum dos Jovens na II Cúpula da Água em Budapeste. Nesta edição, o Fórum abriu espaço para que os jovens apresentassem seus projetos e ações voltados à implementação dos ODS relacionados à água.

Foram expostos, durante os três dias de evento, projetos de melhoria ao acesso à água e ao esgotamento sanitário adequado em comunidades carentes; promoção de ações do nível local ao global para amenizar situações de conflitos de água e ações de conscientização da importância da água e necessidade de proteção dos recursos hídricos. Ao final do evento, os participantes desenvolveram um novo manifesto, onde foi destacada a importância da colaboração dos jovens para a implementação dos ODS e o dever do setor em transferir conhecimento para os futuros tomadores de decisões sobre água e saneamento.

No Brasil, a WYN somou forças à preparação do 8º Fórum Mundial das Águas de 2018, dentro da programação do Rumo a Brasília 2018, evento que busca engajar a sociedade civil no tema água em preparação ao Fórum Mundial. Três integrantes brasileiras da Rede desenvolveram a oficina “Vivendo com as nossas águas”, que convida jovens urbanos a conhecer o atual cenário das águas de sua região, imaginar as águas que gostariam de ter, a partir da construção de cenários colaborativos para o ano de 2030, e definir quais seriam os passos e metas para chegar lá. A oficina encerra-se com a redação de um manifesto dos jovens pelas águas e sua leitura durante o Rumo a Brasília. A primeira oficina foi realizada em Belém (PA), em uma das comunidades mais vulneráveis e violentas da cidade, Terra Firme, contando com a participação de 20 crianças e jovens, e mais de 100 assinaturas no manifesto.

Para saber mais:

wateryouthnetwork.org |

fb.com/WaterYouthNetwork |

t.silva@wateryouthnetwork.org



Jovens reunidos em sessão do Fórum dos Jovens na Cúpula da Água de Budapeste (Hungria, Novembro de 2016)



Participantes da oficina "Vivendo com as nossas águas" redigem manifesto pelas águas da cidade (Belém, PA, Junho de 2016)



#ame O TUCUNDUBA

POR JULIANA CARDOSO E MICAELA VALENTIM

O Ame o Tucunduba é um movimento que propõe a reconexão dos moradores de Belém com as bacias hidrográficas urbanas, em especial a bacia do rio Tucunduba. Nossa missão é revelar o potencial que o rio esconde através de transformações simples e participativas, e estimular a reflexão sobre a convivência entre a população e a realidade hidrográfica da cidade, a fim de ressignificar o modo como esse ambiente é percebido pela população de suas margens, envolvendo-a para que se sinta afetivamente conectada a ele e influencie positivamente na recuperação e proteção da Bacia do Tucunduba.

Apostamos em práticas de caráter coletivo e colaborativo, como ações de sensibilização ambiental em escolas e comunidades; oficinas educativas e revitalização das margens como principais ferramentas de educação e mobilização. Queremos inspirar um movimento inovador de protagonismo social na gestão dos recursos hídricos na cidade de Belém e a consequente melhoria da qualidade de vida ambiental e social da região.

O movimento é liderado pelas oceanógrafas Micaela Valentin, 21 anos, e Juliana Cardoso, 23 anos, com trajetórias marcadas pela periferia da cidade.

Para saber mais sobre o AME:

fb.com/ameotucunduba | ameotucunduba@gmail.com | instagram.com/ameotucunduba

Ações de sensibilização e educação ambiental, organizadas pelo AME em Belém, com moradores e estudantes às margens do Rio Tucunduba, que cruza as comunidades na periferia da cidade:



JPS JOVENS PROFISSIONAIS DO SANEAMENTO

POR ÁLVARO DIOGO

O programa “Jovens Profissionais do Saneamento (JPS)” é uma iniciativa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) que surgiu em 2011 inspirada na atuação do programa Young Water Professionals (YWP) da International Water Association (IWA). A ABES vê no programa a oportunidade de criar a “seleção de base” do saneamento, ou a “seleção sub-35” já que a idade limite para os jovens profissionais participarem do programa é de 35 anos, e concentra esforços na identificação de lideranças, capacitação e desenvolvimento de habilidades, além é claro do suporte na carreira acadêmica, profissional e criação de rede de networking do jovem profissional.

O programa existe à nível nacional e cada seção estadual da ABES pode implantar em seu estado. Hoje, 13 estados possuem o programa e mais 10 estão em fase de implantação.

As atividades promovidas vão desde reuniões ordinárias para troca de informações sobre o setor à realização de eventos de educação ambiental, passando por promoção de seminários e visitas técnicas, elaboração de artigos técnico-científicos, participação em semanas de meio ambiente nas faculdades, happy hour com profissionais seniores, organização de atividade no congresso da ABES dentre outras atividades.

O programa aborda não só as questões relacionadas à água como recurso, mas todos os quatro pilares do saneamento, incluindo coleta e tratamento de esgoto, manejo de águas pluviais e gerenciamento de resíduos sólidos.

Para participar do programa é só se cadastrar no site da ABES: http://abes-dn.org.br/?page_id=5412 ou enviar email para jps@abes-dn.org.br.

Mais informações podem ser encontradas na página do facebook: <https://www.facebook.com/jps.abes>.

Participe e ajude a fortalecer o setor do saneamento no Brasil para que possamos juntos trabalhar por desenvolvimento aliado à qualidade de vida, respeitando o meio ambiente e promovendo saúde para a população.



Jovens participantes do programa nas Olimpíadas JPS em 2016



Palestra do JPS na Unicamp



POR BRUNA SILVEIRA, MARINA HORTA E TATIANA SILVA

Capacitar pessoas para que sejam protagonistas do desenvolvimento social, ambiental e econômico em suas comunidades. Essa é uma das principais metas do FA.VELA, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua com educação empreendedora.

O FA.VELA nasceu em 2014 no Morro do Papagaio, Belo Horizonte (MG) por jovens com trajetórias de vida marcadas por experiência pessoal e profissional na periferia, que tiveram acesso à educação formal superior e lutam para compartilhar seus conhecimentos com os empreendedores que mantêm viva a economia local. A organização oferece aceleração de projetos e negócios para os moradores de periferias modelarem empreendimentos sustentáveis e assumirem a frente na transformação local. A ideia é prosperar o público alvo, principalmente os jovens, e fazê-los líderes de iniciativas que alinhando geração de renda com a redução de vulnerabilidades socioambientais.

Com o objetivo de estimular nas periferias a modelagem de negócios e projetos de impacto socioambiental positivo, que contribuem para a resiliência urbana e o desenvolvimento sustentável, nós desenhamos o projeto FA.VELA Resiliente. No seu primeiro ano de realização, em 2016, o projeto qualificou 60 pessoas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Belém.

Ser resiliente é estar preparado para enfrentar adversidades. É saber prosperar tendo cuidado com o meio ambiente. O projeto coloca a educação empreendedora para impulsionar a economia circular e a educação ambiental, inclui empreendedores de favelas na cadeia produtiva de indústrias e empresas, e os qualifica para uso de resíduos como matéria prima, reduzindo a pressão antrópica sobre as águas urbanas.

O projeto é realizado em duas modalidades: o Desafio FA.VELA Resiliente, com 20h de duração e sua versão estendida, que contempla mais de 200h de formação em 06 meses. O piloto do Desafio, realizado em Belém, impulsionou a cocriação de projetos que materializam demandas locais de melhorias socioambientais, envolvendo não somente moradores, mas profissionais e estudantes de diversas áreas e setores ligados à área de gestão das águas. A partir do desafio, nasceu o Ame o Tucunduba, movimento que propõe a reconexão do belenense com a bacia hidrográfica do Rio Tucunduba por meio de ações sociais, culturais e educativas, a fim de conscientizar sobre a preservação desse ambiente.

O FA.VELA pretende realizar mais 05 edições do Desafio nos próximos 18 meses, em capitais brasileiras e latino americanas, buscando engajar e empoderar a juventude periférica para participar, em quantidade e com qualidade, da governança das águas e da proposição de soluções efetivas aos problemas hídricos em eventos como o Fórum Mundial das Águas.



Revitalização da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, que recebeu as oficinas Vivendo com a nossa água e Desafio FA.VELA Resiliente, com o engajamento de mais de 100 professores, moradores do bairro e estudantes.



Participantes do Desafio FA.VELA Resiliente coletam 01 caminhão de lixo reciclável às margens do Rio Tucunduba, entre as comunidades de Terra Firme e Guamá, na periferia de Belém (PA)



Modelagem de projetos de impacto socioambiental positivo durante o Desafio FA.VELA Resiliente

Quer saber mais sobre o FA.VELA e apoiar as nossas atividades?

SITE - www.favela.org.br

FB - [Facebook.com/maisfavela](https://www.facebook.com/maisfavela)

INSTAGRAM - [@maisfavela](https://www.instagram.com/maisfavela)

TWITTER - [@maisfavela](https://twitter.com/maisfavela)

PARLAMENTO NACIONAL DA JUVENTUDE FLORESTAS PELA ÁGUA

POR ÁGATHA TOMMASI E BERNABÉ LUCAS

O Parlamento Nacional da Juventude pela Água (PNJA) é um movimento que nasceu em 2015, com o apoio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, o Parlamento Mundial da Juventude pela Água e a Water Youth Network. Caminhando para se consolidar como uma organização da sociedade civil, o PNJA reúne cerca de 30 jovens parlamentares de diversos estados brasileiros.

Em celebração ao Dia Mundial da Água, promovido anualmente pela ONU todo 22 de Março, o PNJA criou a ação Florestas Pela Água, que já mobilizou mais de mil crianças e jovens brasileiros. Muito mais do que uma ação de reflorestamento, o Florestas pela Água visa conscientizar sobre a importância das árvores tanto para o ciclo hidrológico, quanto para a estabilização do clima. Foram desenvolvidos diferentes processos e dinâmicas para que as crianças e jovens participantes possa chegar às próprias conclusões sobre a forma com que o planeta Terra é um grande sistema integrado, e como cada ação pode gerar diferentes impactos positivos ou negativos. A dinâmica varia de acordo com a faixa etária do público alvo, podendo ser feita através de rodas de conversa, contação de histórias, filmes e debates.

O plantio de árvores e distribuição de mudas foi realizado por representantes estaduais do PNJA nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas e Bahia.

No Estado do Rio de Janeiro a ação ocorreu em parceria com a Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), em escolas situadas na bacia do Rio Guandu, principal fonte de abastecimento para os moradores da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Na Bahia a ação de plantio aconteceu no Parque Nacional da Chapada Diamantina em parceria com o GAP (Grupo Ambientalista de Palmeiras) e o Gepa (Grupo de estudos

e práticas Ambientais IFBA). Em Pernambuco e na Paraíba, o Florestas pela Água aconteceu com o apoio da Universidade Federal de Campina Grande, e em Alagoas, com o apoio do Instituto Ambiental do Estado.

Para 2017 já estão sendo preparados novos plantios! Se você quer participar ou ser parceiro desse projeto é só enviar um email para florestaspelaagua.pnja@gmail.com. O projeto será replicado através do Parlamento Mundial da Juventude pela Água em outros países da América Latina e Caribe e em países lusófonos na África.

Você também pode participar da campanha:

Plante uma árvore em qualquer lugar do mundo

Tire uma foto

Compartilhe nas redes sociais com o #FlorestasPelaÁgua e/ou #ForestsForWater

Quer apoiar ou patrocinar a participação de brasileiros no SJWP? Entre em contato com a Ana pelo anadeveza@poli.ufrj.br

+ informações sobre o prêmio, em Inglês: www.siwi.org/prizes/stockholmjuniorwaterprize/



Assembleia de instalação do PNJA em Novembro de 2015 (Brasília)



Ação florestas pela água

Oportunidade Jovem

POR ANA DEVEZA



Ação florestas pela água



Ação florestas pela água

O Stockholm Junior Water Prize - SJWP é uma premiação voltada para jovens estudantes entre 15 e 20 anos que desenvolvem pesquisa e inovação relacionadas à água. O prêmio conta com uma etapa nacional, em que cada país escolhe seu grupo representante, e uma etapa internacional, na qual os vencedores nacionais competem pelo grande prêmio.

Organizado pelo Stockholm International Water Institute, o SJWP é entregue há 2 anos durante a Semana Mundial da Água de Estocolmo, o maior evento anual relacionado à água.

A princesa Vitória, da Suécia, é a patrona do prêmio.

Até 2016, o Brasil não fazia parte dessa premiação. No entanto, o PNJA em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH está trazendo a competição para o Brasil, a partir de 2017. Além de premiar os jovens com recurso financeiro, a etapa nacional vai premiar as escolas em que eles estão matriculados.

“A nossa maior motivação é a possibilidade de engajar as jovens mentes em propostas capazes de solucionar as grandes questões relacionadas à água. A criatividade, o domínio da tecnologia e a cultura de sustentabilidade das novas gerações brasileiras têm um potencial incrível, que precisa ser explorado”, explica Ana Deveza, parlamentar do estado do Rio de Janeiro que integra a equipe liderando a iniciativa.

CASES



[Sarah Cabral e Wagner Aguiar]

JOVENS PARLAMENTARES PELA ÁGUA DE PERNAMBUCO



Sarah e Wagner (coletes azul) no III Encontro de Diálogos - LAPIGA: Água como Direito das Juventudes

Nascidos e criados em Recife, e hoje aos nossos 25 anos de idade, desde novembro de 2015 assumimos a missão de atuar em defesa das nossas águas, mobilizando e empoderando outras juventudes da Nova Roma de Bravos Guerreiros. Cada um de nós teve um começo diferente nessa jornada: de um lado, um jovem egresso das ciências biológicas no meio de um mestrado acadêmico, preocupado em compreender o papel das esferas colegiadas no enfrentamento dos problemas ambientais no alto trecho do rio Capibaribe; do outro lado, uma jovem egressa da engenharia civil, que no baixo curso do mesmo rio acabara de trabalhar em uma obra de dragagem e testemunhar a triste realidade de seu abandono e da sua presença só não esquecida pelas diversas pontes que temos que atravessar todos os dias. Juntos, do nosso Capibaribe - o rio das Capivaras, o “Cão sem plumas” de João Cabral de Melo Neto - tivemos nossas ideias e expectativas arrastados por uma correnteza “braba” que nos levou a um oceano efervescente de saberes, habilidades, sonhos e projetos de vida trazidos por outras correntezas: assim começou o PNJA.

Como toda aventura no mar, no primeiro ano do PNJA nos defrontamos com águas brandas e, em outros momentos, com águas agitadas. Nas águas brandas, tivemos a oportunidade de idealizar e realizar alguns diálogos em torno do direito das juventudes à participação nas políticas públicas ambientais, com a parceria e o apoio de importantes instituições, movimentos e coletivos, como: a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), a Associação Águas do Nordeste (Ane), o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade da UFRPE (Gepes/UFRPE), o Laboratório de Pesquisa Integrada em Gestão Ambiental da UFPE (Lapiga/UFPE), o Parlamento Jovem do Recife, o Núcleo de Estudos Educação, Sociedade e Meio Ambiente da UFRPE (Nesma/UFRPE), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Pernambuco (Ciea-PE). Essas interlocuções foram importantes ao início da atuação do nosso movimento em Pernambuco e que, embora tão localizada e tímida como uma nascente que começou a brotar, pode jorrar importantes mudanças e ganhar uma vazão cada vez maior: tudo dependerá dos leitos que ela encontrará pela frente.

Mas, o que falar das águas agitadas? Com essas nos defrontamos diariamente, a cada ideia, opinião, proposta, etc., que venha colidir com outra que seja diferente. Afinal, somos jovens e construir uma identidade para um movimento autônomo e de abrangência nacional não é tão simples; assim como nem todo rio é perene e nenhum curso d'água é formado somente por águas límpidas ou águas turvas. Nessa diversidade, temos discutido e nos posicionado diante de diferentes questões e pautas, desde aquelas relativas ao sentido de ser do nosso movimento até outras de ordem mais ideológica e política, em que algumas nuvens parecem vir mais carregadas que outras, e a qualquer outra podem despejar um volume de água inesperado. O consenso é uma prática desafiadora que nos exercita em formas inteligentes e sustentáveis para aproveitar essas águas, para que elas não se desperdicem, mas sejam valorizadas com a intensidade que são precipitadas. Temos muito aprendido com as águas agitadas, sucedidas sempre por uma calmaria.

Quer cair na correnteza que nos arrastou, e desaguar nesse oceano de experiências, lições e desafios, dando sua gota de contribuição? Entre em contato com a gente e fique mais por dentro das ações do PNJA em PE:
pernambuco PNJA.blogspot.com

[Tatiana Silva]

FA.VELA, Conselho Mundial da Água e Water Youth Network



tatiana.silva@maisfavela.org

Eu acredito que a tomada de decisão na gestão das nossas águas somente é bem informada e eficiente quando resulta do engajamento significativo de grupos vulneráveis e marginalizados. Como co-fundadora do FA.VELA, voluntária da Water Youth Network, educadora e consultora, tive a oportunidade de conhecer mais sobre a gestão das águas em países africanos, europeus e latino americanos. Isto abriu os meus olhos para os desafios do mundo em garantir que todos, independente de cor, gênero, idade, sexualidade, renda e geografia, tenham acesso à água potável e saneamento. E mais do que isso, que tenham acesso à informação - de modo democrático e transparente - sobre como é a gestão das águas na sua região; acesso à conhecimento sobre a qualidade e quantidade das suas águas e acesso gratuito ao lazer em corpos hídricos saudáveis, seja na cidade ou no campo.

Sou feliz e grata por facilitar a inclusão, cooperação e o empoderamento de milhares de jovens e adultos, por meio das atividades formativas e eventos organizados pelo FA.VELA e a WYN, desde quando adotei a causa da juventude pela água na minha vida, em 2013. E o ano de 2016 chegou ao fim com a alegria de ter sido selecionada Jovem Delegada para as Américas do Conselho Mundial da Água. Com isso, assumo o compromisso de, nos próximos 02 anos, engajar a juventude a se qualificar cada vez mais e participar, ativamente, de espaços importantes para a elaboração de políticas públicas sobre águas, como o próximo Fórum Mundial das Águas, que chega a Brasília entre os dias 18 e 23 de Março de 2018.

Espero que o título de Jovem Delegada abra portas para que eu siga o meu caminho de promoção da atitude empreendedora do jovem, para que ele seja um protagonista empoderado, representativo, e a frente de iniciativas inovadoras que possam ajudar a superar o contexto elitista e excludente sob o qual a governança da água se desenvolve. Com este objetivo, busco conectar, principalmente, a juventude periférica em situação de vulnerabilidade socioambiental, às plataformas, redes e stakeholders locais, regionais e internacionais do setor hídrico e ambiental, para aumentar e melhorar as oportunidades de capacitação e participação do jovem periférico.

Adote você também uma atitude empreendedora para cuidar das nossas águas. Conheça e sensibilize outros a conhecer mais sobre a sua gestão. Participe das atividades e eventos do setor hídrico. E sempre quando fizer isso, lembre-se que quando nós, jovens profissionais, empreendedores e cientistas, somos incluídos na governança das águas ou temos a oportunidade de nos conectar com atores de outras gerações, que detêm grande poder de influência sobre a tomada de decisão sobre as nossas águas, não devemos pensar somente nos nossos interesses pessoais ou profissionais. Na nossa sociedade, participar é um privilégio. Participar é caro, demanda patrocínio e tempo de dedicação à causa que muitos não dispõem. Por isto, temos que ser capazes de empatia; de saber nos colocar no lugar dos milhões de jovens brasileiros e latino americanos que, muitas vezes, não estão cientes de que existe um setor hídrico ou políticas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas que são diretamente impactados por elas. Vamos cooperar para avançar juntos com ações que beneficiem a maioria!

[Àgatha Tommasi]

WORLD YOUTH PARLIAMENT FOR WATER



agatha.tommasi@pmje-wypw.org

Eu nasci em uma das cidades que margeiam a Baía de Guanabara, Niterói. Cresci em uma casinha na praia de São Francisco, brincar na areia eu podia, mas nadar naquele mar tão lindo, que varia de cores ao longo do dia, jamais. A poluição daquela Baía tão magnífica foi, sem dúvida, uma das razões que me fizeram desejar, desde pequena, fazer a diferença no mundo.

Aos poucos fui descobrindo a diferença que eu podia fazer na vida das pessoas pelo simples fato de distribuir sorrisos ou fazer gentilezas. Mas foi só durante a minha graduação em Engenharia Ambiental na PUC-Rio e por dois anos na Universität Eberhard Karls em Tübingen (Alemanha), que eu comecei a entender que na raiz de todos os problemas estavam as escolhas humanas. Cada árvore arrancada, cada lixo gerado, cada metro cúbico de água contaminada foi a escolha de alguém. Essas escolhas desencadeiam consequências de diversos tamanhos. Desde então, passei a compreender a minha passagem neste mundo como um rio que atravessa um vale. Assim eu soube que pra mim já não bastava fazer a minha parte, mas sim, eu precisava engajar, mobilizar, sensibilizar, inspirar outras pessoas a fazerem também a diferença.

No momento em que eu reconheci essa determinação em mim, as águas do rio da minha vida passaram a me direcionar para caminhos inesperados, e quando me dei conta, estava indo para Lima participar de uma mesa em um dos eventos paralelos da 20ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas – COP 20. Eles queriam que eu falasse, como jovem ambientalista, sobre a crise com falta de água que o Brasil, um país com centenas de rios estava enfrentando. Enquanto pensava sobre o que eu iria falar para mim ficou claro uma coisa – que na verdade eu sempre soube, mas ainda não sabia que sabia – O Planeta Terra é um grande sistema interligado. Como uma grande teia de energia, cada ação/decisão geram infinitas consequências.

Em Lima conheci jovens de vários lugares do mundo com os mesmos propósitos que os meus. Querendo refinar ainda mais meus pensamentos, me aprofundei em diversas leituras e comecei a fazer parte da rede de jovens Engajamundo, e entendi a importância do jovem como um agente transformador. Focando cada vez mais minha energia em engajar o mundo, as águas da minha vida me levaram para representar o Brasil no World Youth Parliament for Water - WYPW, onde eu fui eleita para representar a América Latina e Caribe e coordenar as atividades na região. E quando falamos de água falamos de tudo, e quando falamos de tudo estamos falando, também, de água.

Depois de um tempo participando do WYPW, senti a necessidade de mediar o processo de criação do Parlamento Nacional da Juventude pela Água, para reunir jovens engajados e apaixonados pela Mãe Terra de todo o país. Juntos podemos mobilizar o maior número possível de crianças e jovens, não só em rumo ao próximo Fórum Mundial da Água, mas sim em rumo a um cenário de grande transição. Além de mobilizar o Brasil, estamos exportando o modelo e o conceito do PNJA para outros países da América Latina, e estamos mediando o processo de criação do PLACJA – Parlamento Latinoamericano e Caribenho da Juventude pela Água.

Fico muito curiosa para saber quais são as surpresas e os lugares que o rio da minha vida vai me levar... Mas de uma coisa eu sei, mesmo que o nosso futuro seja tão incerto, no presente sempre temos a opção de dar o nosso melhor.

[Micaela Valentim]

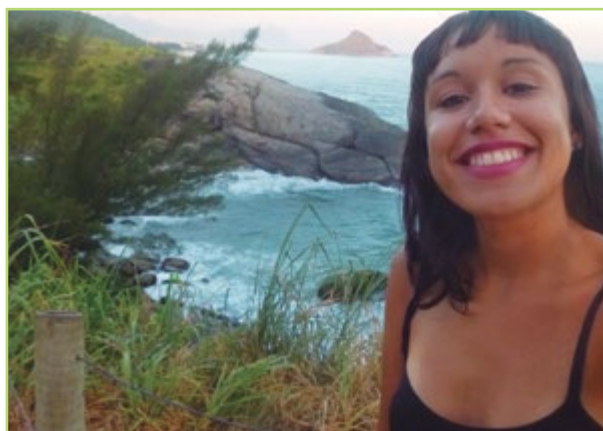
AME O TUCUNDUBA



Sou formanda do curso de oceanografia, nascida em Belém e criada da periferia da cidade. Minha conexão com a água mudou desde que entrei na faculdade de oceanografia, onde pude ter uma visão holística desse recurso. E apesar de ter o conhecimento científico sobre a água, foi na disciplina de educação ambiental que a minha relação com ela mudou, foi nesse momento que percebi que eu tinha muito o que compartilhar com as pessoas e que a juventude tem o poder da transformação em suas mãos. Minha trajetória de engajamento começou na faculdade, com a monitoria na disciplina de educação ambiental e a frente da organização de eventos com a temática da água. Em 2016, me tornei co-fundadora do movimento AME, durante o FA.VELA Resiliente. O movimento tem os pilares entorno do protagonismo social e desenvolvimento sustentável e busca, como um de seus objetivos, mudar a percepção da cidade de Belém sobre seus rios urbanos. Com o meu engajamento nas atividades do AME, espero que a voz da juventude seja ouvida e tenha presença na tomada de decisões de políticas públicas, e que os gestores das nossas cidades discutam um desenvolvimento sustentável com a valorização do ambiente natural presente em nelas, pautado na temática da gestão de águas urbanas.

[Juliana Cardoso]

AME O TUCUNDUBA



Sou oceanógrafa e atuo em ações de sensibilização ambiental, voltadas para o uso consciente dos recursos naturais, o incentivo ao protagonismo social e a gestão participativa. A geração de impacto positivo social e ambiental e a construção coletiva de transformações direcionam a minha atuação profissional e pessoal. Os canais urbanos fazem parte da minha rotina, por morar em uma cidade cercada por eles: Belém. Percebi que esses corpos hídricos, escondidos por canalizações, passam despercebidos pela maioria dos moradores e ao longo dos anos se tornaram áreas ocultas e marginalizadas na cidade. Inconformada com esse descaso, percebi em meu cotidiano o surgimento de um estimulante desafio: transformar a realidade das águas da cidade. A minha trajetória no mundo das águas se iniciou na universidade, participando de projetos de pesquisa e extensão na zona costeira amazônica. Em 2016, me tornei co-fundadora do movimento AME, que tem como foco incentivar a convivência harmoniosa entre a população e as bacias hidrográficas urbanas. Nós buscamos estimular a reflexão sobre a convivência entre a população e a realidade hidrográfica da cidade, incentivando o fortalecimento de uma consciência crítica sobre questões socioambientais que envolvem a gestão das águas, além de inspirar ações de gestores públicos para o desenvolvimento de uma nova concepção de intervenção em bacias urbanas, em que a comunidade seja ouvida, expresse seus desejos e participe das soluções, sendo protagonista na gestão dos recursos hídricos.

colaboradores



Tatiana Silva

Co-fundadora do FA.VELA, voluntária da Water Youth Network e Jovem Delegada do Conselho Mundial da Água para as Américas. Mestre em Gerenciamento de Recursos Hídricos e Geografia (UNESCO-IHE/UFGM).



Bruna Silveira

Jornalista com experiência em produção cultural, audiovisual, pesquisa e assessoria de imprensa. Atua como consultora em projetos e também responsável pelas demandas de comunicação institucional do FA.VELA.

Marina Horta
Bacharel em Ciências Biológicas (2007-2011) e mestre em Ciências Ambientais pela UNESCO-IHE (2012-2014), com diploma reconhecido no curso mestrado em Geografia da UFGM (2016). Membro da Water Youth Network e Consultora do Projeto FA.VELA Resiliente



Álvaro Diogo
Formado em Hidráulica e Saneamento Ambiental pela FATEC-SP, cursando mestrado em Sistemas Produtivos pelo Centro Paula Souza. Coordenador Nacional do programa JPS da ABES.



Viviane Virgolin

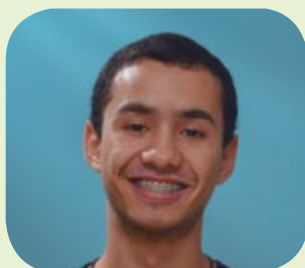
Engenheira Civil na Universidade de Brasília. Integrante do setor de Água e Saneamento do Water Youth Network, atualmente é estudante de mestrado em Engenharia Sanitária na UNESCO-IHE (Holanda)



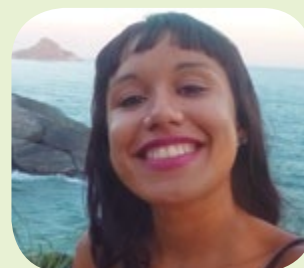
Micaela Valentim

Paraense de Belém, formanda em Oceanografia, Co-fundadora do Movimento AME.

Barnabé Lucas
Pernambucano, estudante de Relações Internacionais e engajado com movimentos que buscam promover impacto social, como o CHOICE, a Cruz Vermelha e o PNJA.



Juliana Cardoso
Oceanógrafa,
Co-fundadora do Movimento AME



Ágatha Tommasi

Carioca, Engenheira Ambiental na PUC-Rio e por dois anos na Universität Eberhard Karls em Tübingen (Alemanha), representa o Brasil no World Youth Parliament for Water - WYPW, onde foi eleita para representar a América Latina e Caribe



Ana Deveza

Carioca. Engenheira Ambiental e atualmente cursando mestrado na COPPE/UFRJ, atua como consultora e é representante do Rio de Janeiro no PNJA.

A GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS SE IMPÕE EM TODO O MUNDO PARA ORGANIZAR A ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



POR
JEAN - FRANÇOIS DONZIER



Em muitos países ao redor do mundo, as mudanças climáticas já estão afetando e vão afetar ainda mais a qualidade e quantidade de água doce e, especificamente, os ecossistemas aquáticos, em função da maior intensidade e frequência de fenômenos hidrológicos extremos como inundações e secas.

Nesta perspectiva, as bacias dos rios, lagos e aquíferos são os territórios naturais nos quais a água corre, na superfície ou no subsolo: é neste âmbito adequado que deve ser organizada a gestão dos recursos hídricos e a adaptação à estas alterações.

A Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB), que foi criada em 1994, durante a Assembleia constituinte de Aix-les-Bains (França), tem como objetivo promover a gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios, lagos e aquíferos, incluindo a adaptação à mudança climática. A RIOB reúne actualmente 192 organismos em 87 países.

A última e 10ª Assembleia Geral Mundial da Rede foi realizada na cidade de Mérida, no México no ano de 2016. Os trabalhos centraram-se em quatro temas chave da atualidade, tais como a adaptação à mudança

FOTOS: COPYRIGHT OIEAU 2016 - C. RUNEL



climática nas bacias, os mandatos, a composição, o papel e os recursos dos Conselhos e Comitês de Bacia, a gestão sustentável das bacias hidrográficas, planejamento, financiamentos, e, finalmente, a participação de sectores económicos e dos cidadãos.

Mas é realmente o tema sobre a adaptação às mudanças climáticas que é a verdadeira prioridade da RIOB desde o início da década de 2010.

A água doce é de fato uma das primeiras vítimas das alterações climáticas e este importante problema mundial manifesta-se através da intensificação das secas, chuvas, furacões, inundações, pela intrusão de água salgada nos aquíferos, pelo seu impacto sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos,

resultando em mudanças na produção agrícola, com impactos económicos e sociais maiores e efeitos nocivos na saúde humana, entre muitas outras consequências.

O Pacto de Paris sobre a água e adaptação à mudança climática nas bacias dos rios, lagos e aquíferos.

Como parte do « Plano de Ação Lima-Paris », o Peru, apoiado pela França, organizou no dia 2 de dezembro 2015 o dia oficial sobre o tema da Água e adaptação às mudanças climáticas durante a COP21 em Paris. Assim, pela primeira vez na história da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre o Clima (UNFCCC), os desafios relacionados com a água doce foram oficialmente tomados em conta.

Liderado pela Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB), o Pacto de Paris sobre a água e adaptação às mudanças climáticas nas bacias dos rios, lagos e aquíferos, foi apresentado na abertura do dia oficial sobre o tema da Água e adaptação à mudança climática.

O “Pacto de Paris” têm por objeto a mobilização em âmbito mundial dos Organismos de Bacia e de todas as outras partes interessadas, organizações multilaterais e internacionais, instâncias governamentais, autoridades locais, empresas e todos os setores económicos, a sociedade civil, para empreender sem demora as medidas necessárias para adaptar a gestão da água doce aos efeitos da mudança climática: todos os organismos envolvidos na gestão integrada das bacias hidrográficas foram convidados a assinar o Pacto.

“O Pacto de Paris é o primeiro compromisso concreto da COP21: Eu chamo a todos os atores no campo da água para sua adesão . (...) O Pacto de Paris é um compromisso concreto. Este pacto vai dar um impulso e pode ser considerado como um instrumento inovador “, afirmou Ségolène Royal, Ministra Francesa da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia e Presidente da COP, assinando pessoalmente e oficialmente o documento ao lado do Ministro do Meio Ambiente do Peru e da Senhora Charafat AFAILAL Ministra responsável da água em Marrocos, país organizador da COP22 em 2016.

Até hoje, mais de 357 organizações já assinaram o “Pacto de Paris” em 97 países, o que demonstra que, em todos os lugares, o mesmo mobiliza fortemente todos os atores na gestão dos recursos hídricos, pois temos de agir rapidamente, antes que seja tarde demais!

O «Pacto de Paris» tem duas componentes: a primeira parte descreve o contexto e fornece princípios gerais para a adaptação à mudança climática nas bacias, e a segunda parte tem uma lista de compromissos a assumir pelos signatários para organizar a adaptação à mudança climática e tomar as medidas adequadas.

A ação dos Organismos de Bacia e de todos os intervenientes é essencial para reforçar a resiliência das sociedades aos riscos para os recursos hídricos no contexto da mudança climática.

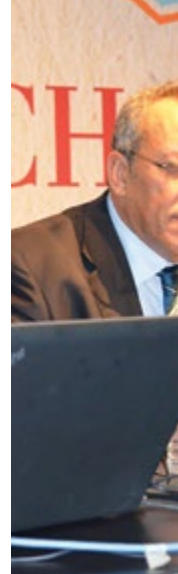
A mesa redonda organizada durante o dia sobre “Água e Adaptação” permitiu apresentar exemplos concretos de projetos de adaptação em diferentes bacias da China (Bacia do Rio Hai), da Índia (gestão de aquíferos), do México (Vale do México), da América do Sul (projeto ECOCUENCAS), dos rios Senegal (OMVS), Níger (NBA), Congo e seus afluentes (CICOS) e de Marrocos (ABH), bem como a plataforma de bacias pilotos para testar as medidas de adaptação animada pela CEE-ONU. Secretário da Convenção sobre Água de 1992 e a RIOB: esses projetos mostram que podemos atuar rapidamente se os actores se mobilizarem!

A RIOB COMO FACILITADORA DOS EVENTOS SOBRE A ÁGUA DA COP22

Como consequência, as “Campeãs do Clima”: a Embaixadora de França Laurence Tubiana e a Ministra delegada para o Ambiente em Marrocos, Hakima El Haite, convidaram a RIOB para organizar com eles o evento de ação e diálogo sobre água, que foi realizada em 09 de novembro de 2016, durante a COP 22 em Marrakech. Os resultados desses eventos alimentaram um evento de alto nível realizado em 17 de novembro de 2016, na presença do Secretário-Geral das Nações Unidas.



MARRAKECH 2016
COP22 | CMP12 | CMA1
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE





As duas “Campeãs” escreveram “O Pacto de Paris sobre a água e adaptação, organizada pela Rede Internacional de Organismos de Bacia, é uma iniciativa crucial sobre a água e a mudança climática. Nós não podíamos pensar em um melhor facilitador que a RIOB para a organização dos eventos de ação relacionados com a água da COP 22”.



O Dia oficial de Ação para a Água da COP22, agora organizado no novo Quadro do Plano de Ação Global sobre a Mudança Climática (Global Climate Action Agenda GCAA) em Marrakech no último dia 09 de novembro, chamou a atenção dos Governos e todos os parceiros interessados sobre a importância estratégica da água no contexto da mudança climática e sugeriu soluções concretas para a implementação do Acordo de Paris.



Em 93% das contribuições nacionais (INDC), os países identificaram a água como a chave para a adaptação. Como a água é essencial para a saúde humana, segurança alimentar, produção de energia, produtividade industrial, turismo, navegação, biodiversidade, além das necessidades humanas básicas, fornecer a segurança dos recursos hídricos significa garantir a segurança de todos estes campos de desenvolvimento econômico, social e ambiental frente a o rápido crescimento populacional que agora está localizado nos centros urbanos.

Além disso, a água é essencial para a atenuação da mudança climática, já que muitos esforços para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa dependem do acesso confiável aos recursos hídricos.

Portanto, responder a estes desafios de forma sistemática é essencial para a adaptação às alterações climáticas, limitar tanto a pegada de carbono dos serviços de água e a pegada “água” em geral, e reduzindo os efeitos negativos relacionados com catástrofes relacionadas com a água.



Dois eventos oficiais foram realizados no dia 09 de novembro de 2016 na COP22: Uma “Vitrine Água” (Water Showcase), na parte da manhã, dedicada à promoção de iniciativas concretas, e um “Diálogo sobre

Água”, na parte da tarde, construído como um debate de alto nível sobre as principais questões de política de água e clima.

Quatro “Alianças” desempenharam um papel fundamental durante a jornada: Claro, a Aliança dos 357 signatários do Pacto de Paris sobre a água e adaptação à mudança climática em bacias hidrográficas, lagos e aquíferos, animado pela RIOB, a Aliança de Empresas para Água e Mudança Climática (BAFWAC), lançada pelo “Carbon Disclosure Project - CDP”, o “CEO Water Mandate”, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e a SUEZ, que hoje tem 44 organizações membros, incluindo 30 empresas líderes, a Aliança das Megacidades sobre Água e Clima, organizada pela UNESCO, ICLEI, SIAAP e Arceau-IDF, abrangendo 16 megacidades para uma população total de mais de 300 milhões de habitantes e a Aliança de Dessalinização.

Estas quatro “Alianças” de Bacias, das Megacidades, da Dessalinização e das Empresas, criadas em 2015 durante a COP21, em Paris, são fortemente envolvidas na ação para a água e o clima e comprometeram-se conjuntamente, nesta ocasião, em uma declaração comum para mobilizar os seus parceiros, para identificar e divulgar as boas práticas e apoiar o desenvolvimento de novos projetos por atores locais envolvidos na adaptação e resiliência do setor da água.

Estas “Alianças” apresentaram durante o “Water Showcase” os progressos positivos realizados pelos projetos emblemáticos sobre a adaptação de água lançados durante a COP21, como o sistema de informações hidrológicas do rio transfronteiriço do Congo, a gestão integrada do rio Hai na China, o reforço da nova Organização Metropolitana do México para a Drenagem Urbana de águas pluviais ou o projeto de cooperação “Eco-Cuencas” sobre a adaptação às mudanças climáticas entre os países europeus e latino-americanos, mas também a realização de um diagnóstico em quinze megacidades sobre o estado dos recursos hídricos e serviços de água, o impacto esperado da mudança climática sobre estes, e uma revisão das estratégias e soluções inovadoras





imaginadas por estas megacidades para lutar contra esses efeitos negativos e se adaptar.

Eles também anunciaram, durante a Jornada da Água da COP22, novos projetos de adaptação, tais como a gestão do Rio Sebou em Marrocos, a criação de um Centro de Capacitação sobre Água e Adaptação à mudança climática em Brasília, a cooperação entre as aglomerações de Paris e Manila, o lançamento de uma plataforma euro-mediterrânica de informações sobre a água ou uso futuro do satélite SWOT para observações hidrológicas da terra, entre outros.

“Isso se ajusta perfeitamente com a COP22, que se esforça para ser uma COP para a ação!” afirmou durante a cerimônia de assinatura desta declaração de Alianças, a Sra. Charafat Afailal, Ministra Delegada para a água de Marrocos. “Agora, temos que perceber o que está em jogo, pois a insegurança com relação à água leva à mais conflitos, à tensões entre as populações e também provoca migrações que ameaçam a estabilidade mundial.”



Na qualidade de Secretário-Geral da Rede Internacional de Organismos de Bacias Hidrográficas, saúdo esta vontade manifestada de uma ação combinada de quatro Alianças considerando que, - se a adaptação dos recursos hídricos às alterações climáticas deve ser bem organizada no âmbito natural das bacias, nacionais ou transfronteiras dos rios, lagos e aquíferos, onde a água flui de montante para jusante, - vai ser através da mobilização de todos os atores locais, incluindo as autoridades, setores econômicos e da sociedade civil, que poderemos apresentar, através da concertação em devido tempo, uma visão comum indispensável para enfrentar os desafios relativos às mudanças climáticas.



JEAN - FRANÇOIS
DONZIER
SECRETÁRIO-GERAL DA
RIOB - REDE INTERNACIONAL
DE ORGANISMOS DE BACIA

MARRAKECH 2016



Desde janeiro de 2015, o projeto Eco-Cuencas se dedica ao desenvolvimento de mecanismos econômicos para a gestão de recursos hídricos no contexto de mudanças climáticas. Segue suas ações em 2017 para seu terceiro e último ano de implementação.

Co-financiado pela União Européia e coordenado pela OIAgua, o projeto tem como objetivo desenvolver o quadro teórico e prático sobre os seguintes temas: quais são as possibilidades de financiamento desencadeadas pelos instrumentos econômicos da gestão da água, como orientar orçamentos mais significativos para alcançar uma adaptação estrutural às mudanças climáticas a fim de aumentar a resiliência das bacias hidrográficas.

Eco-Cuencas identificou os mecanismos econômicos existentes na América Latina e procura como melhorar a eficiência deles para se adaptar às mudanças climáticas. O projeto conta com um alto nível de apropriação e a um amplo painel de atores, como administrações de porte nacional (Autoridade Nacional da Água no Peru, Secretaria da Água no Equador), organizações de bacias hidrográficas (Agência PCJ no Brasil), um fundo de água (Cuenca Verde), ONGs (OIAgua na França, IRAGER no Peru), instituições de pesquisa (o think tank alemão Ecologic), e estruturas bem reconhecidas internacionalmente (a OCDE, a RIOB e a REBOB).

O projeto Eco-Cuencas abrange três bacias hidrográficas pilotos que oferecem um amplo panorama dos contextos latino-americanos: o rio fronteiriço Catamayo-Chira, compartilhado entre Equador e o Peru, a bacia brasileira dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que fornece água à cidade de São Paulo, e a bacia hidrográfica da barragem do Rio Grande II na Colômbia, essencial para o consumo de água da cidade de Medellín.

Em paralelo, um guia dedicado aos mecanismos econômicos para a gestão dos recursos hídricos em um contexto das mudanças climáticas foi preparado. Será

PROJETO ECO-CUENCAS

REDISTRIBUIÇÃO FINANCEIRA EM AÇÃO



ALAIN BERNARD

retroalimentado pelas lições aprendidas graças a aplicação prática de propostas nas diferentes bacias-piloto.

As ações-piloto propostas e iniciadas pelos parceiros durante o ano de 2016 assumem diversas formas, dependendo do contexto e da pertinência da sua implementação. Criação, reforço, ampliação das cobranças pelo uso ou pela poluição, desenvolvimento de pagamentos para serviços ambientais, etc.

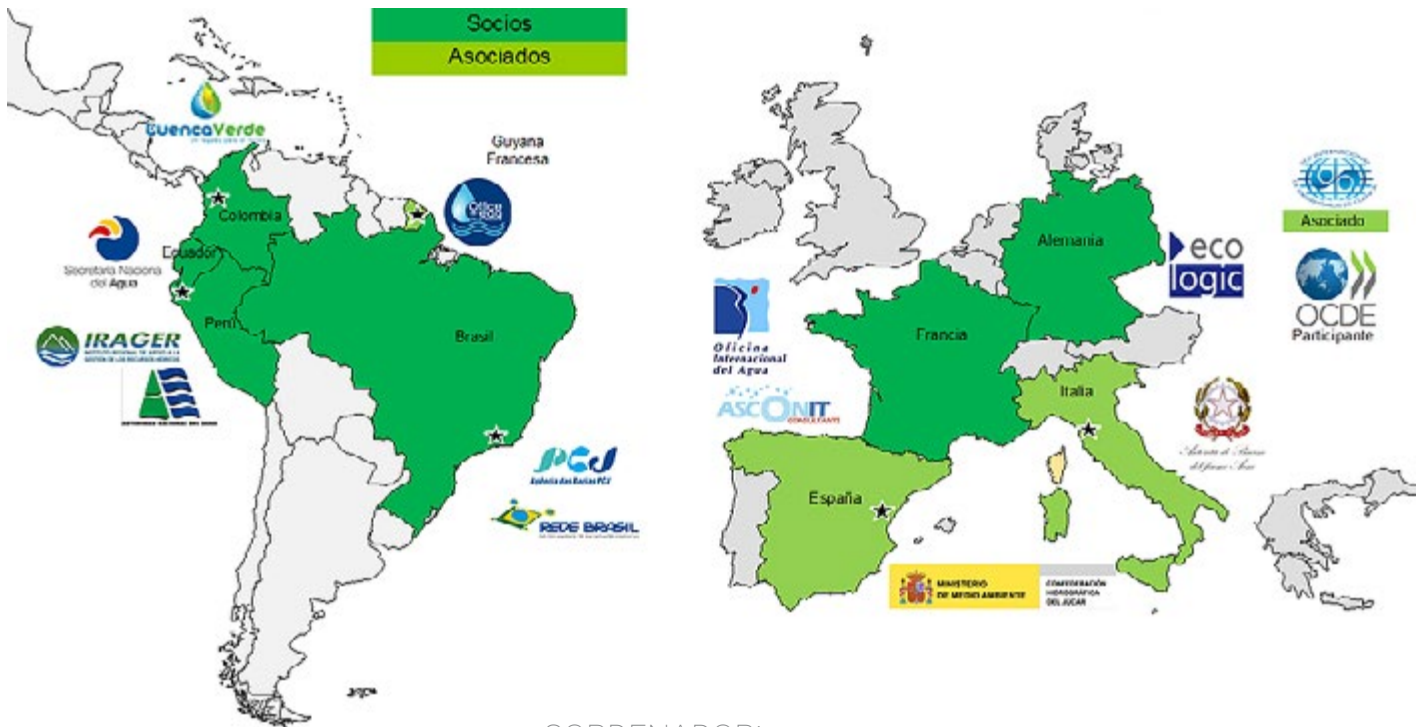
Em termos de adaptação, o projeto também inclui atividades para planejar ou priorizar medidas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Para todos estes assuntos, o caso da Agência PCJ no Brasil é uma fonte essencial de aprendizagens para todos os parceiros.

As redes brasileiras REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas, a latino-americana RELOB Rede Latino Americana de Organismos de Bacias Hidrográficas e a internacional RIOB Rede Internacional de Organismos de Bacias Hidrográficas, todas envolvendo os organismos de bacias no planeta, estarão envolvidas no projeto e desempenham um papel central na capacitação, conscientização, disseminação necessárias para compartilhar as lições aprendidas.

Na verdade, compartilhar a experiência é o coração da estratégia do projeto.

Assim, o Projeto Eco Cuencas foi apresentado na COP 22 em Marrakech e na sessão específica da EURO-RIOB 2016 em Lourdes.



CORDENADOR:



França

CO-PARTICIPANTES:



ASOCIADOS

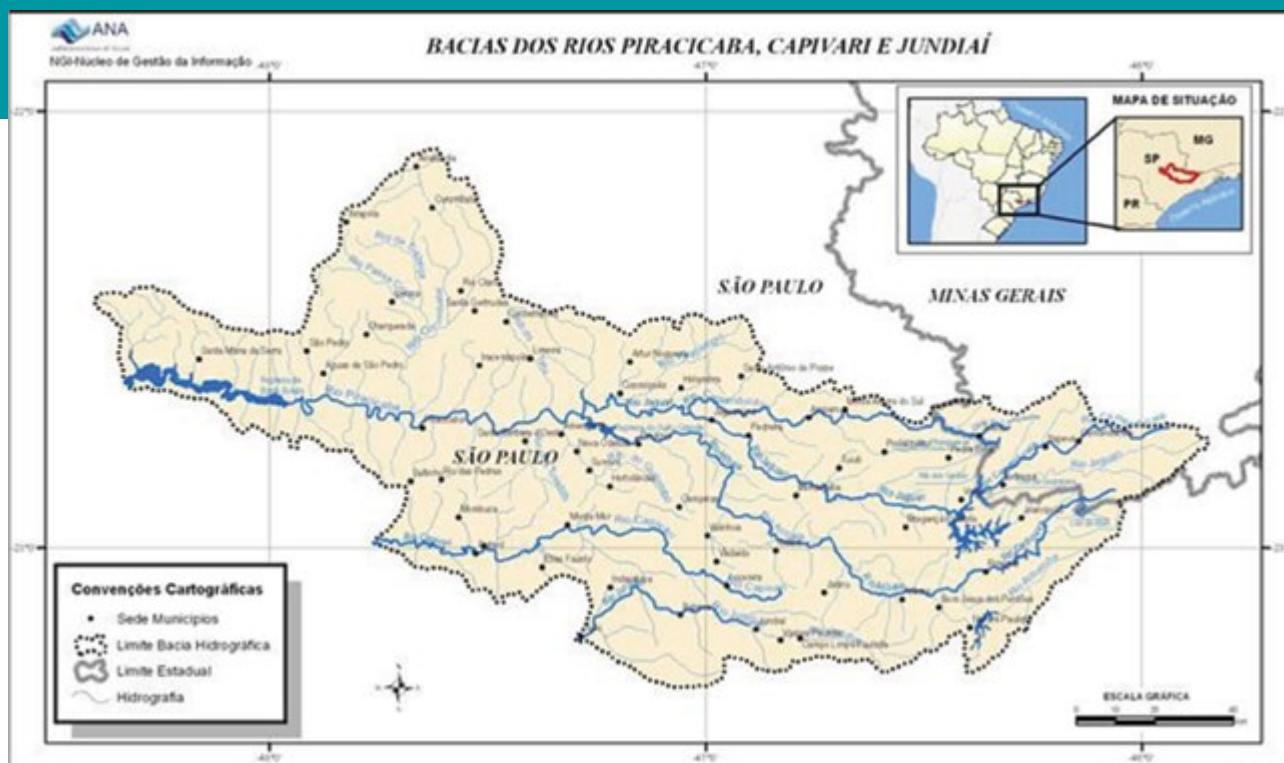


COM A PARTICIPAÇÃO DE:





BACIA HIDROGRÁFICA PILOTO UM RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (PCJ) BRASIL



Dados geográficos

As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí estão entre as bacias hidrográficas mais importantes do sudeste do Brasil e são parte da bacia do Rio Tietê. 92,6% extensão das bacias PCJ estão localizadas no Estado de São Paulo (58 municípios) e 7,4% no Estado de Minas Gerais (4 municípios). No total, estas bacias cobrem 15,303.67 km².



A mudança climática no Sistema Cantareira

Desde 1973 existe um sistema interligação nas bacias PCJ, o Sistema Cantareira que é utilizado para o uso de recursos hídricos compartilhados. O sistema de água tem a sua origem na bacia do Rio Piracicaba.

Hoje, o Sistema Cantareira é responsável por cerca de 57% dos contratos públicos e está sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento de São Paulo - SABESP, que por sua vez, é o principal produtor de abastecimento de água potável para a região metropolitana.

Em 2014, ocorreu uma das piores crises no abastecimento de água para a Grande São Paulo, na região do Sistema Cantareira, possivelmente ligados à mudança climática.

Dependendo do risco de seca, um Grupo Técnico Consultivo de Gestão Cantareira (GTAG-Cantareira) sistema foi instalado, por decisão da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Água e Energia do Estado de São Paulo (DAEE). GT também envolveu representantes da Sabesp, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitê PCJ) e da Comissão do Alto Tietê de Bacias Hidrográficas (CBH-AT).

O quadro institucional já é bastante forte nesta bacia. Experiência tem 10 anos de implementação. Não é fácil chegar a um acordo político no curto prazo para alterar significativamente o sistema de tarifação. No entanto, a crise atual torna questionamento muito pertinentes sobre as medidas tomadas até agora, vendo também que o PCJ é um dos mais experimental do país e do continente.

Por se tratar de rios de domínio da União, a bacia é do tipo federal e, portanto, a Agência Nacional de Águas participa na gestão.

Participação no Projeto ECOCUENCAS

Objetivo geral

Avaliar e melhorar a eficiência da cobrança pelo uso e poluição da água, à procura de mudanças no comportamento e melhor resiliência.

Atividades desenvolvidas:

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Atividade 1

Avaliação da eficiência dos mecanismos de cobrança para a implementação de medidas de adaptação / mitigação às mudanças climáticas nas bacias PCJ.

Atividade 2

Diretrizes propostas para arranjos institucionais e financeiros, incluindo:

Composição de fundos adicionais.

As parcerias entre os setores público e privado para a viabilidade de ações para mitigar o impacto de eventos críticos relacionados com as alterações climáticas, bem como a instalação e operação de infraestrutura de água nas bacias PCJ.

Atividade 3

Identificação e análise de oportunidades de negócios para promover a sustentabilidade da água nas bacias PCJ.

Atividades relacionadas com as alterações climáticas

Atividade 4

Avaliação dos potenciais riscos e consequências nos cenários de mudanças climáticas sobre os recursos hídricos das bacias PCJ.

Atividade 5

Valorização dos benefícios dos programas que envolvem pagamentos por serviços ambientais.

2

BACIA HIDROGRÁFICA PILOTO DOIS TRANSFONTEIRIÇA: RIOS CATAMAYO – CHIRA PERU – EQUADOR



A bacia Transfronteiriça Catamayo-Chira tem uma abordagem compartilhada por mais de 40 anos, e destes 7 em um acordo bilateral, que proporciona uma visão da fronteira como desenvolvimento espacial e coordenação econômica e social. Ambos os países enfrentam sérias dificuldades em relação aos efeitos das mudanças climáticas. Assim, pode-se observar um número crescente de conflitos de uso, e ainda mais medo de curto e médio prazo.

O IRAGER interviu na bacia binacional desde 1999, o ano do Acordo de Paz entre Peru e Equador, realizando reuniões bi-nacionais. Estas reuniões ajudaram a construir o IRAGER

em Loja, Consórcio equatoriano da bacia Catamayo Chira - CECC aliados no trabalho na bacia. Trabalharam em mesas técnicas no Peru (Piura) e Equador (Loja) que validaram os estudos realizados por parceiros, e construíram o Plano de Gestão, Manejo e Desenvolvimento da bacia Bacia Binacional Catamayo-Chira.

Dados geográficos

A bacia Chira com 10,534.76 km², está incluída no âmbito da Bacia de Recursos Hídricos do Conselho (CRHC) Chira-Piura. O Rio Chira tem uma taxa média anual de cerca de 100 m³ / s

Instituições para a gestão da água

A ANA – Autoridade Nacional de Água (Peru) tem formado um Conselho de Recursos Hídricos para integrar estas duas bacias hidrográficas hidrologicamente vinculadas (Chira e Piura), e já tem um Plano de Gestão de Recursos Hídricos da bacia Chira-Piura Cuenca. Há o uso de mineração e petróleo que são potencialmente conflitantes.

No que se refere ao aspecto institucional, a gestão da água se dá com a presença do Estado através dos governos regionais, locais e instituições públicas e privadas (AAA, ALA de, Projeto Especial Chira-Piura, Usuário, Empresas Administradoras de Serviços de Saneamento e Empresa Prestadora de Serviços).

O IRAGER tem trabalhado continuamente com a ANA para discutir e chegar ao acordo sobre a Lei de Recursos Hídricos. Desde 2011 ele tem trabalhado com a ANA e Governo Regional de Piura para constituir o Conselho de Recursos Hídricos das bacias Chira Piura, sendo a primeira experiência do país. Ademais, também foi acrescentado ao trabalho dos regulamentos e do Plano de Gestão de Recursos Hídricos da bacia Chira Piura, um documento que foi aprovado pela ANA e serve como um modelo para as bacias do restante do país.

Mudanças Climáticas

Os impactos das mudanças climáticas no Peru são sentidos na perda de 22% da superfície das geleiras nos últimos 30 anos (7000 milhões de m³, ou seja, o consumo de água da população de Lima em 10 anos), assim como na redução da diversidade e comprometimento das principais atividades econômicas do país (agricultura, pesca). Um estudo realizado pelo Banco Central do Peru (2009) estima que em 2030 o PIB real seria 6,8% menor do que teria sem as mudanças climáticas, portanto, a bacia Chira não escapa destas dificuldades.

O governo peruano está fortemente envolvido na questão das alterações climáticas: Ações do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) e da Direção-Geral de Mudanças Climáticas, Desertificação e Recursos Hídricos (DGCCDRH); Observatório sobre Mudança Climática com um “Planejamento perante às mudanças climáticas”.

O Rio Catamayo no Equador

Apresentação

O rio nasce na bacia Catamayo Chira. Sua extensão é 7,162km² (37,51% da bacia é internacional). Depois de viajar 150 km, o rio Catamayo se une com o rio Macará onde se torna rio Chira.

Contexto jurídico

O decreto Executivo nº 1.088, de 15 de maio de 2008, resultou na criação da Secretaria Nacional de Água. Pelo Decreto Executivo nº 90, o Decreto Executivo nº 1.088 estabelece que a reforma e gestão integrada dos recursos hídricos será exercido de forma descentralizada por região hidrográfica.

Mudanças Climáticas

Os efeitos das alterações climáticas no Equador são, principalmente, um aumento na ocorrência de eventos climáticos anômalos, um aumento da temperatura (0,8 ° C entre 1975 e 2006), uma diminuição da cobertura glacial (28% entre 1997 e 2006); tanto como uma mudança na temperatura do ciclo de mar e hídrico e uma diminuição da biodiversidade. Portanto, devido à sua elevada dependência do setor primário de agro-exportação e dos recursos hídricos de altas montanhas e geleiras para o uso de água potável, em termos econômicos, o Equador sofre forte impacto social, econômico e cultural provocado pelas mudanças climáticas.

Em 1993 foi criada a Comissão Consultiva do Meio Ambiente da Presidência da República (CAAM) e em 1994 um decreto (nº 1.802) são as políticas ambientais básicas do Equador o desafio de sistematizar os princípios que devem orientar a gestão ambiental do estado. Pelo Decreto Executivo nº 1.815 de 01 de julho de 2009 se declara como política de Estado a “adaptação e mitigação às mudanças climáticas”.

PERU:

Já existe um marco jurídico claro para a implementação de instrumentos econômico-financeiros. O aplicativo dos valores da retribuição econômica sustenta-se na demanda da água que todos os usuários estão obrigados a contribuir economicamente para conseguir o uso sustentável e eficiente do recurso hídrico. Os valores da Retribuição Econômica são calculados de acordo a uma Metodologia estabelecida pela Autoridade Nacional da Água (ANA), com o apoio da OIAgua, pelo uso da água superficial, subterrânea e pelo vertimento. A justificativa da retribuição econômica se vincula no crescimento da atividade econômica que vem imperando no país. No entanto, o nível atual de retribuições arrecadadas é insuficiente em comparação com as necessidades. Precisam-se superar as várias limitações para o incremento da Retribuição Econômica, tanto a nível nacional como na bacia do Chira-Piura.

EQUADOR:

A Lei Orgânica de Recursos Hídricos, Usos e Aproveitamento da água aborda o Regime Econômico e de Tarifas no Capítulo IV. Em seu Artigo 135 indica que "Para efeitos de proteção, conservação de bacias hidrográficas e financiamento de custos dos serviços conexos, se estabelecerão as correspondentes tarifas, segundo os princípios desta Lei, os critérios e os parâmetros técnico assinalados no Regulamento", em função (Artigo 136) de "princípios de solidariedade, equidade, sustentabilidade e periodicidade". A Lei não especifica sistematicamente quem fará a arrecadação, nem o uso dos montantes arrecadados (circuito financeiro, critérios), o que então fica por se definir. Nos próximos anos, o Equador terá que arrecadar montantes significativos de financiamento para desenvolver, modernizar, manter e operar o sistema de água e os sistemas de saneamento para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Assim, o projeto piloto e global desta ação, será um projeto muito oportuno para melhorar a experiência peruana e disseminação no Equador e em outros países. Em particular, a Bacia Catamayo - Chira será um lugar de estudo particularmente interessante para saber em que medida as lições aprendidas a partir do lado peruano caberão no contexto do Equador.

Participação no Projeto ECOCUENCAS

Objetivo geral

Ampliar a retribuição econômica coletada nos setores econômicos e estabelecer os critérios para a alocação destes recursos através de retribuições econômicas. Se estudará como os recursos coletados podem servir de "fundos de semente" para a implementação de um Plano de Gestão elaborado.

Atividades desenvolvidas:

Diagnóstico e Recomendações

Diagnosticar o nível da bacia no processo de aplicação da metodologia para o cálculo do valor das retribuições econômicas pelo uso da água superficial e subterrânea e pelo afluente de águas residuais tratadas com os valores correspondentes estabelecidos para o ano de 2014.

Propostas de ampliação

Estudo de extensão da retribuição a outros usos por ordem de prioridade econômico-ambiental.

Simulações na escala da bacia hidrográfica em ambos os países.

Definição de critérios para atribuição dos recursos arrecadados.

Formulação de uma proposta marcada pela implementação do pagamento pelo serviço ambiental hídrico ou outro mecanismo de proteção e conservação, incluindo a alternativa que uma parte dos recursos arrecadados sirvam de "fundos de semente" para a implementação do plano de gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, inclusive no seu componente de adaptação às mudanças climáticas.

Proposta e estudo jurídico-institucional de um mecanismos de financiamento dos planos de gestão (Fundo de Água ou outro mecanismo equivalente)

Fortalecer as organizações vinculadas com a água para a gestão e controle dos fundos arrecadados dentro da conservação e proteção das fontes de água.

A bacia hidrográfica de Catamayo será um lugar muito adequado para verificar a replicabilidade das experiências, prioritariamente as do Peru, mas também do Brasil.



BACIA HIDROGRÁFICA PILOTO TRÊS BACIAS ABASTECEDORAS DO RIO GRANDE II COLÔMBIA

A bacia abastecedora do reservatório do Rio Grande II, com uma área de 103,785.93 hectares, está localizada na Cordilheira Central, na região norte do departamento de Antioquia.



Localização do Vale Aburrá e dos reservatórios que abastecem
Fonte: EPM 2010

Mudanças Climáticas

Sob um cenário de um metro de elevação do nível do mar é estimado que cerca de 4.900 km² dos litorais Caraíbas e do Pacífico seriam permanentemente inundadas (INVEMAR, 2003). Sob este cenário, estima-se que cerca de 1,4 à 1,7 milhões de pessoas seriam afetadas. Os subsetores agrícolas florestais, pecuária e pesca serão muito afetados na Colômbia, nesta tendencial. Neste contexto, a Colômbia se sente muito preocupada com estas questões, e um Plano Nacional de Adaptação foi desenvolvido para as mudanças climáticas.

A qualidade da água afetada por atividades humanas

Esta bacia apresenta uma deterioração da qualidade da água como resultado das dinâmicas socioeconômicas dos assentados em suas populações urbanas e rurais. O reservatório do Rio Grande II tem um uso para geração de energia e como uma das fontes para o aqueduto Aburrá Valley, cobrindo 33% da água destinada à cidade de Medellín. Ambas as atividades

(água potável e energia) são geridas pela EPM, que tem muito interesse nos resultados do projeto piloto.

Um projeto que envolve a população

Embora tenha havido esforços para reduzir os níveis de carga de poluição de origem nacional, eles não são suficientes para minimizar o problema da poluição da água causada por descargas de águas residuais. Assim, você precisa envolver a população para contribuir com a melhoria na qualidade da água.

O público-alvo é a população de áreas urbanas e rurais dos municípios que fazem parte das áreas de influência do reservatório da bacia abastecedora do Rio Grande II. Esta população tem uma grande diversidade sócio-econômica, educacional e cultural, cujas características de suas comunidades são largamente determinadas pela dinâmica associada aos fenômenos atuais de desenvolvimento econômico nos setores da mineração, agricultura, pecuária e construção. Mais precisamente, o público-alvo são os proprietários de terra privada com áreas de proteção de matas ciliares, áreas de nascimento e / ou zonas húmidas, onde possa haver pressão para o desenvolvimento de atividades antrópicas, produtivas ou domésticas que afetem a qualidade de fontes de água e sustentabilidade dos ecossistemas.

Objetivos e Atividades

Objetivo geral

Implementação de um regime de pagamento por serviços ambientais relacionados com a melhoria da qualidade da água e retenção de sedimentos em matas ciliares e áreas de nascimento.

Atividades

Montagem do esquema

Identificação de terra com florestas naturais; Determinação e unificação de critérios em torno da área da compensação dessas propriedades; Avaliação econômica dessas áreas em termos de melhoria da qualidade da água, retenção de sedimentos e controle de erosão; A definição de um esquema de cálculo da carga poluente empregada pelo setor de produção ou para um futuro cidadão relacionando o pagamento ou compensação para a geração da carga de poluição.

Implementação

Caracterização socioeconômica das famílias, o desenvolvimento social e ambiental de cada propriedade; Georreferenciamento de fazendas e definição de áreas de malha para compensar, articulada a um Sistema de Informação Geográfica.

Gestão financeira para a sustentabilidade

Definição do contrato de regime de compensação; Criação de um esquema de pagamento.

Rastreamento e monitoramento

Visitas de verificação e monitoramento da melhoria da qualidade das principais fontes de água que abastecem o reservatório para avaliar o impacto da conservação e proteção.

Formação, divulgação e comunicação

Formação dos proprietários envolvidos na estratégia de remuneração do PSA; Preparação de um guia de manejo e implementação desta estratégia; Plano de Comunicação e Mídia, e relatório final.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES,
VEJA A PLATAFORMA DO
PROJETO ECOCUENCAS:

WWW.ECOCUENCAS.COM



MOMENTOS

PROJETO ECO-CUENCAS



Oficina sobre as cobranças (retribuições económicas) no Peru - Piura/Peru 19-20 de maio de 2016



Oficina sobre pagamentos por serviços ambientais - Medellín / Colômbia - 12/13 de Abril de 2016.



Seminário Internacional : Mudanças climáticas e gestão dos recursos hídricos
Piracicaba / Brasil - 7-8 de junho de 2016



Reunião binacional Eco-Cuencas para a bacia do Catamayo-Chira 03 de agosto - 30 de setembro de 2016
(Represa fonteirão de Poechos)



Equipe do projeto Eco Cuencas reunido em Lourdes-França



Reuniao do Projeto Eco Cuencas em Lourdes-França



Taller Fronterizo Catamayo - Chira



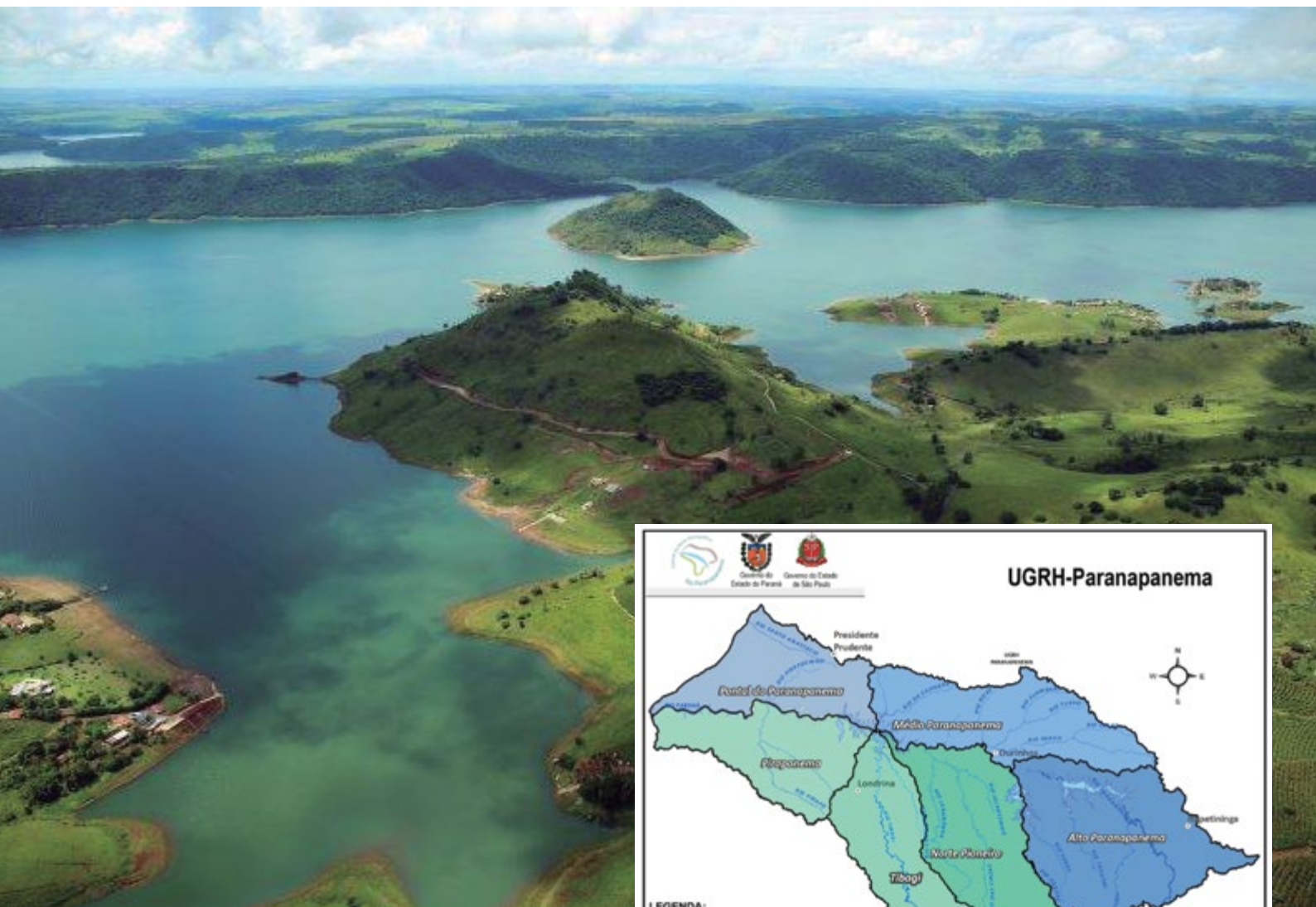
Seminário Internacional : Crise Hídrica e Mudanças Climáticas

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DO RIO PARANAPANEMA

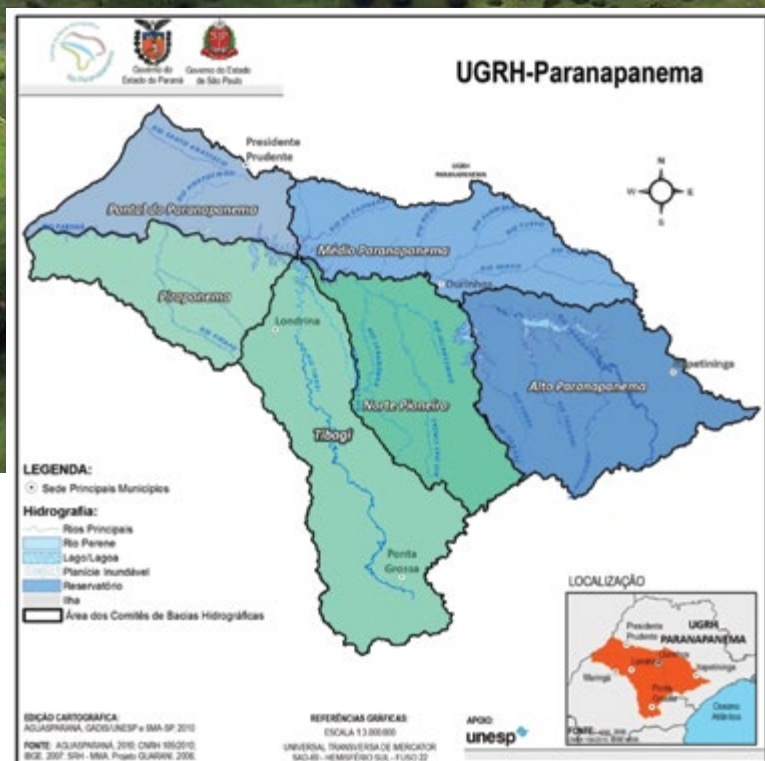
INOVAÇÃO E OPORTUNIDADE PARA INTEGRAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Engenheira Suraya Modaelli – Secretária Adjunta do CBH PARANAPANEMA

Geólogo Emilio Carlos Prandi – Membro do GT PLANO



Rio Itarare em Ribeirão Claro PR Reservatório da Hidreletrica Chavantes Foto Raylton Alves





Confluência do Ribeirão Fartura com o Rio Itararé Foto Raylton Alves

O processo de mobilização e o envolvimento de todos os integrantes do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do rio Paranapanema na produção do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) da Bacia é exemplo de motivação para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”, com esta fala o Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Vicente Andreu Guilho entregou oficialmente o Plano de Recursos Hídricos–PIRH PARANAPANEMA ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, no dia 29 de novembro, em Londrina/PR.

A mobilização envolveu, além do CBH Paranapanema, os seis comitês afluentes (3 em São Paulo e 3 no Paraná), centenas de usuários de recursos hídricos, representantes da sociedade civil e, destacadamente, de prefeitos municipais, que na prática são os responsáveis diretos pela execução e implementação do Plano em suas localidades.

As ações coordenadas pelo Comitê de Bacia indicaram uma inflexão na forma de elaborar e de colocar em prática os planos de bacia. Todo o esforço institucional desenvolvido foi decisivo para consolidar a visão integradora que norteou a elaboração deste Plano. A força dos trabalhos ocorreu justamente pela união dos dois estados, com oficinas participativas, encontros ampliados e ações de comunicação, sendo o rio Paranapanema o elemento integrador, e não apenas um divisor natural.

O PIRH Paranapanema foi construído sobre uma sólida base técnica. Com o diagnóstico desenvolvido pelo Comitê e técnicos da ANA entre 2014 e 2015, resultado da consolidação de 10 Notas Técnicas, previamente à contratação do Plano, diferente dos demais Planos elaborados até então no País, o apoio da consultoria no PIRH-Paranapanema concentrou-se nos temas estratégicos para a Bacia.

INOVAÇÃO OPORTUNIDADES PARA INTEGRAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Na primeira fase o Comitê trabalhou na elaboração do Termo de Referência para orientar a construção do PIRH instituindo um Grupo de Trabalho – GT PLANO, que foi o responsável por analisar, complementar e aprovar as notas técnicas.

Na fase seguinte, com base nas notas técnicas, foi elaborado, a muitas mãos, o Diagnóstico preliminar, e a 3ª e última fase constituiu na elaboração e pactuação do PIRH Paranapanema.

A consolidação do Diagnóstico, elaborado com o envolvimento das Universidades e dos técnicos dos órgãos gestores dos 2 Estados, possibilitou o alcance de um dos objetivos específicos do PIRH Paranapanema: gerar e disponibilizar uma base de dados organizada de tal modo que, tendo contribuído para o diagnóstico e prognóstico da evolução da bacia nos diferentes cenários, possa ser incorporada ao Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da Bacia.



Foi possível "passear" por um grande mapa da bacia e apontar temas e áreas com criticidades e potencialidades relevantes para o PIRH Paranapanema.



PIRH Paranapanema entregue ao CBH.

Outra inovação também foi decisiva para o envolvimento, em especial dos setores usuários de recursos hídricos: a aplicação de uma metodologia de avaliação integrada por agendas temáticas na qual foram construídas 05 agendas, com temas relevantes para a bacia:

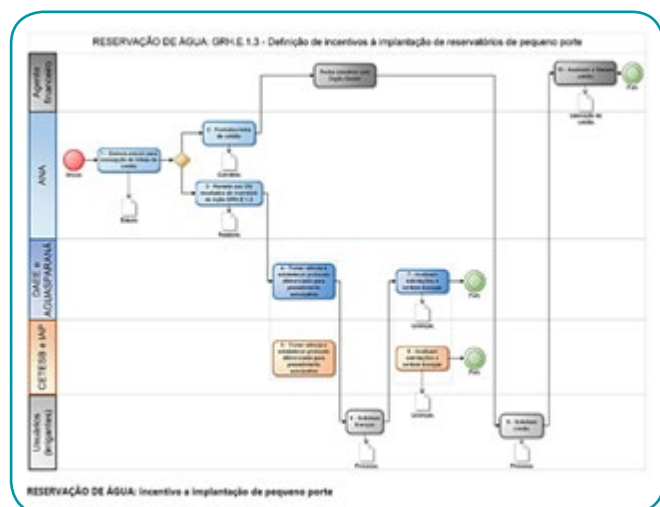
Agenda Laranja: Agropecuária,
Agenda Verde: Conservação,
Agenda Marrom: Saneamento e Urbanização,
Agenda Cinza: Indústria e Energia, e
Agenda Azul (integradora): Recursos Hídricos.

Mas, a grande inovação do PIRH PARANAPANEMA foi a elaboração e entrega ao Comitê de um Manual Operativo (MOP - Manual Operativo do PIRH Paranapanema) ao final do processo, documento inédito nos Planos de Recursos Hídricos que vêm sendo elaborados no País. O MOP se constituiu em um plano tático que estabeleceu para as 20 ações estratégicas de curto prazo do Plano, o compromisso político e institucional necessário para sua implementação. É um documento que servirá como manual operacional para viabilizar as ações propostas e acordadas no PIRH Paranapanema. Cada ação estratégica é apresentada na forma de diagramas e/ou fluxogramas, a fim de facilitar a compreensão e utilização por parte dos principais interessados.

O principal aspecto na definição das ações prioritárias do MOP foi o cruzamento entre as duas priorizações (social e técnica), que resultou em uma nova relação de prioridades. Foram selecionadas 20 ações para as

quais foram elaborados os fluxogramas e especificações e, dentre elas, foram definidas as 10 ações que foram detalhadas.

Este processo também resultou na compilação de todas as informações geradas em uma base de Dados Integrada da Bacia (BD-F - Banco de Dados Final), entregue na forma de um Sistema de Informações Geográficas do PIRH Paranapanema.



A bacia hidrográfica do rio Paranapanema está localizada na região hidrográfica do Paraná, ocupando 11,6% de sua área. O rio Paranapanema localiza-se na divisa entre os estados do Paraná e São Paulo e tem sua nascente principal na Serra de Agudos Grandes, no sudeste de São Paulo, a cerca de 100 km da Costa Atlântica. Toda a bacia compreende uma área de 106,5 mil km², nos quais o rio principal percorre uma distância de 930 km escoando ao longo de uma cascata de reservatórios de hidrelétricas, tendo seu regime de escoamento fortemente controlado pelas regras operacionais de geração definidas pelo sistema elétrico brasileiro. Suas águas afluem a jusante da hidrelétrica de Porto Primavera, no rio Paraná, configurando-se, portanto, como o principal eixo de geração de energia hidrelétrica do país.

Relativamente ao país, a bacia hidrográfica do rio Paranapanema abrange 1,2% em termos espaciais, concentrando 2,3% da população brasileira e respondendo por quase 2% do PIB nacional, o que mostra a sua importância no contexto socioeconômico brasileiro.

A bacia do rio Paranapanema drena áreas de 247 municípios, dos quais 115 estão localizados no Estado de São Paulo e 132 no Estado do Paraná.

INICIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH PARANAPANEMA

Os Programas e Ações pactuados no PIRH Paranapanema têm, por princípio, a criação de um contexto de melhoria das condições de uso e proteção das águas na UGRH Paranapanema, a ser obtido, principalmente, com ações voltadas a dar robustez aos instrumentos de gestão e à integração das ações nos diferentes domínios verificados na bacia.

Com a entrega do Plano, o CBH PARANAPANEMA tem uma nova e decisiva etapa a cumprir: a implementação do PIRH. Algumas ações nesse sentido já estão sendo encaminhadas pelo comitê e os envolvidos com a construção do estudo, ou seja, promover a transformação do que foi estabelecido nos programas em ações concretas.

Uma das primeiras ações foi a criação da Câmara de Articulação Política, aprovada na última reunião plenária em novembro de 2016. Esta Câmara, junto com a Diretoria do Comitê ficará responsável pelas relações institucionais, políticas e setoriais para dar prosseguimento à execução do Plano. Também foi instituído o Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior, que dentre outras atribuições atuará como instância de articulação institucional do CBH-PARANAPANEMA junto as Instituições de Ensino Superior que integram a UGRH Paranapanema, visando ampliar a interlocução com a comunidade científica sobre a gestão das águas e as possibilidades para atuação qualificada da comunidade universitária nesse processo.

Por fim, a Diretoria do CBH PARANAPANEMA estará reunida até o início de fevereiro com a Diretoria e técnicos da Agência Nacional de Águas para definição das primeiras ações e estudos que serão implementados em 2017, como a ampliação do monitoramento dos recursos hídricos e levantamento dos reservatórios que acumulam água para irrigação na região do Alto Paranapanema.

Se um dos principais méritos do plenário do comitê que se encerrou em 2016 foi a construção das alianças necessárias para a pactuação do PIRH Paranapanema, o maior desafio dos membros empossados (2016/2020) e da nova diretoria será o fortalecimento e articulação destas alianças visando a implementação do plano.

“Iniciamos essa nova fase do comitê entusiasmados e motivados. O entusiasmo é resultado principalmente da excelência do trabalho executado com a produção do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) Paranapanema. Conseguimos desenvolvê-lo dentro do prazo e das metas estabelecidos. Já a motivação vem da energia que sentimos do grupo responsável pela construção do PIRH, tanto dos membros que permanecem no comitê quanto dos novos eleitos, bem como dos demais representantes da sociedade, que demonstram disposição para atuar na implementação do plano”. Everton Luiz da Costa Souza, Presidente reeleito do CBH PARANAPANEMA - Novembro/2016

ÁGUA

UMA QUESTÃO DE REGULAÇÃO E CONSCIÊNCIA



Fábio Augusto Alho da Costa

Água

Para falar sobre a falta de água no Brasil deve-se analisar fatores geográficos, climáticos e políticos. Mesmo sendo o país com maior potencial hídrico do mundo, temos presenciado crises provenientes da escassez de água. Em 2016 o Distrito Federal vivenciou uma crise com reservatórios baixos e o mesmo aconteceu em São Paulo, em 2014. Historicamente temos também um enorme problema de falta de água no Nordeste brasileiro.

Em outubro de 2016 o Distrito Federal e entorno sofreram com a seca, quando na cidade aconteceu o primeiro racionamento de água. Cerca de 600 mil pessoas foram afetadas com a suspensão de fornecimento de recursos hídricos. A situação só começou a melhorar em meados de dezembro.

Além das chuvas, os gastos da população também contribuem para o agravamento da falta de água. A Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) estuda meios de cobrar sobretaxa na tarifa caso o limite de consumo seja ultrapassado. Acordos no setor agrícola para revezamento de captação e campanhas de conscientização também são medidas a serem tomadas.



Em 2014 foi a vez de São Paulo sofrer com a seca. O Sistema Cantareira, principal conjunto de reservatórios que abastece a Grande São Paulo, chegou a níveis baixíssimos devido chuvas abaixo da média em até 70%. Aproximadamente 67 municípios de São Paulo e até Minas Gerais foram afetados com a falta de recursos hídricos. Esses números não foram provenientes apenas pela falta de chuvas, mas provavelmente porque não se realizou devidamente campanhas de ações preventivas.

Há muito sabe-se que será chegado o momento de redução do consumo de água. Desde 2004 há indícios de que São Paulo sofreria com as futuras secas e em 2009 um relatório do Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê apontava a necessidade de providências para o déficit que o Cantareira iria sofrer.

Em 2012 o nordeste passou pela pior seca no período de 30 anos. Três estados foram afetados, prejudicando mais de 230 municípios. A seca no nordeste não se estende a toda região, mas àquelas que estão dentro da área denominada “Polígono das Secas”, composta por parte de oito estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além do norte de Minas Gerais.

O nordeste localiza-se em uma região com pouca chuva, o que torna a seca uma causa natural nesta área. Além da causa climática, o desmatamento na Zona da Mata é outro fator que prejudica o clima na região nordestina e contribui para o aumento dos problemas que ocasionam a seca. A escassez de água é um fator que vai além dos fatores geográficos e climáticos. Este problema gera uma questão social onde há que lidar com a miséria, a sede e a fome. Sem água, a agricultura e a agropecuária tornam-se inviáveis, gerando dificuldades econômicas e alimentação precária.

Transposição das águas do Rio São Francisco

A transposição das águas do Rio São Francisco é uma das medidas do governo que visa o combate a seca. O Projeto foi apresentado em 1985 pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e em 1999 foi transferido para o Ministério da Integração Nacional e é acompanhado por vários outros ministérios, bem como pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

O projeto apresenta dois eixos: Eixo Norte e Eixo Leste. O primeiro levará água para os sertões de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, alimentando quatro rios, três sub-bacias do São Francisco, sendo elas: Brígida, Terra Nova e Pajeú e dois açudes: Entre Montes e Chapéu. As águas do Eixo Leste chegarão à Paraíba em 2017. Já o segundo eixo está previsto para ser concluído ainda no final de dezembro de 2016. O Eixo Leste abastecerá parte do sertão e as regiões do agreste de Pernambuco e da Paraíba, depois de passar pelas bacias do Pajeú e Moxotó.

As águas do Eixo leste chegarão à Paraíba em 2017 beneficiando aproximadamente 631 mil habitantes. No total, a obra irá beneficiar 12 milhões de pessoas e 390 municípios nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de 294 comunidades situadas às margens dos canais.

Dia 26 de dezembro de 2016, Helder Barbalho, ministro da Integração Nacional e Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, assinaram um acordo que antecipa a chegada da água em Pernambuco e Paraíba em até 30 dias. O termo assinado prevê empréstimo de equipamentos que ajudarão na aceleração do percurso da água aos seus locais de destino.

A transposição apresenta 90,85% de conclusão, sendo 91,25 % no Eixo Norte e 90,27 % no Eixo Leste.

Agências de regulação

Existem agências reguladoras como a Agência Nacional das Águas (ANA) e a Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) que atuam na gestão de recursos hídricos, regulando o acesso a água e fiscalizando seu uso.

As agências reguladoras atuam em defesa da sociedade e buscam representar o poder concedente perante as empresas prestadoras de serviços de interesse público. Seu papel é fundamental para a promoção da cidadania nas relações de consumo. Compreender as possibilidades e limites de atuação desses órgãos é essencial para a evolução da regulação da prestação de serviços públicos concedidos à iniciativa privada e consequentemente para a inserção dos consumidores na cidadania plena, compreendida como uma relação de direitos e deveres.

A regulação tem a função de manter o funcionamento da economia e da prestação de serviços públicos. O processo regulatório deve ser conduzido com informações elaboradas com base em evidências da Análise de Impacto Regulatório (AIR).

Análise de Impacto Regulatório (AIR)

A AIR é um processo que identifica o problema que deverá ser enfrentado, os agentes envolvidos e a existência ou não de benefícios, os custos e os objetivos dentro do desenvolvimento e implementação de políticas públicas e também na área de regulação. É um processo que possibilita a avaliação de decisões e suas consequências. A AIR tem como intuito contribuir no campo regulatório

ABAR

Tendo em vista a existência de agências reguladoras que regulam não apenas recursos hídricos, mas também saneamento básico, transportes aquaviários, ferroviários, metroviários e de rodovias, energia elétrica, gás, petróleo, combustível e audiovisual, foi criada em 1999 a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), associação civil sem fins lucrativos e de natureza não partidária, que tem por objetivo a mútua colaboração entre as agências

reguladoras associadas e os poderes públicos, na busca do aprimoramento da regulação e da capacidade técnica, contribuindo para o avanço e consolidação da atividade regulatória em todo Brasil.

Assumi a presidência da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) em outubro de 2015. Na época 52 agências de regulação eram associadas a nós. Hoje contamos com 56 associadas, sendo sete agências federais, 28 estaduais e 21 municipais.

Ao longo dos anos, a associação tem investido na realização de congressos e encontros em níveis nacionais e internacionais, na promoção de estudos referentes à atividade regulatória e na realização de projetos de capacitação do corpo técnico das agências reguladoras. A cada dois anos realizamos o Congresso Brasileiro de Regulação que se constitui em ponto culminante das atividades da associação. É um evento onde se discute a evolução da atividade regulatória brasileira na busca de seu aperfeiçoamento. Estamos organizando o X Congresso e a 4ª Expo/ABAR que serão realizados na cidade de Florianópolis (SC), entre os dias 27 e 29 de setembro de 2017. O evento proporcionará uma grande oportunidade para discussão do modelo de regulação que se pretende ver implantado em nosso país. Estarão presentes dirigentes de agências reguladoras, de empresas concessionárias e prestadoras de serviços públicos e estudiosos do tema de regulação do Brasil e do exterior.

O tema central do X Congresso Brasileiro de Regulação remete a uma importante reflexão, “a regulação e o desenvolvimento econômico e social”, destacando a importância da atividade para o desenvolvimento sustentável do país. Considerando o momento pelo qual atravessa o Brasil, essa temática ganha ainda mais relevância. Ao reunir representantes do segmento regulatório em Florianópolis, acontecerão discussões que poderão ter continuidade durante o 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

A ABAR proporcionará aos participantes do X Congresso Brasileiro de Regulação uma profunda reflexão de suas responsabilidades, como também o necessário contato com uma cultura pujante que a todo momento retira da história, da arquitetura, da gastronomia e do artesanato suas inspirações para a construção do futuro.

Fórum Mundial da Água

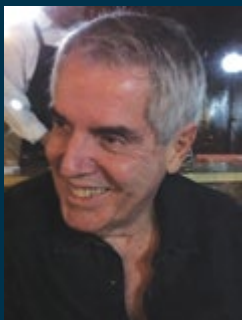
O 8ª Fórum Mundial da Água será sediado em Brasília entre 18 a 23 de março de 2018. O evento discute temas relacionados a água. O Fórum foi criado em 1996 pelo Conselho Mundial da Água como necessidade de discussão mundial sobre o tema que intitula o fórum. O evento recebe empresas, centros de pesquisas, universidades, ONGs, governo e qualquer outro setor interessado no debate. A ADASA, ANA, o Governo Federal e o Ministério do Meio Ambiente foram uns dos responsáveis para a realização do 8º Fórum. Empresas privadas também são colaboradores do evento.

Enfatizo a importância da participação no debate. Um tema abrangente e significativo como a água, deve ser considerado, discutido e respeitado pela sociedade, para que no futuro não sofram ainda mais com as consequências de nossas próprias ações.



Vão privatizar o Aquífero Guarani.

Vão privatizar o Aquífero Guarani



Sergio Antunes

sergioantunes@ig.com.br

É procurador autárquico do Estado de São Paulo, exercendo suas funções no DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Vi no facebook, eu gosto muito do facebook, apesar de umas evidentes babaquices do tipo digite “amem” para uma gravura de Jesus batendo na porta ou “curta se você não é racista” diante de uma negra maravilhosa de olhos verdes. Mas, voltando ao assunto, vi no facebook, aliás, eu entro todo dia no face e curto muito ver velhos musicais de Hollywood ou antigos programas de televisão, pois só ali é que encontro tais matérias que iluminaram a minha infância.

Onde estava mesmo? Ah, sim, eu dizia que vi no facebook, acho que desta vez eu chego no fim da frase, pois costumo começar um raciocínio e logo me vem outro para atrapalhar o primeiro, o que é bom por um lado mas péssimo pelo outro. Então, olha eu saindo do assunto de novo, de que “vi no facebook”. Pois é, vi no facebook, ufa, que o presidente vai privatizar o Aquífero Guarani.

Falando, ainda do facebook, o jornalista Melchiades Cunha Junior postou dia desses um artigo interessante que trata de um fenômeno da internet chamado “pós-verdade”, escrito por Timothy Garton Ash, professor de Estudos Europeus da Universidade Oxford, do Reino Unido.

“Na era da internet, nada se propaga mais rápido que um clichê da moda. Hoje, nenhum discurso é completo sem uma referência aos nossos tempos de “pós-verdade”. A essência da ameaça do pós-fato à democracia é que afirmações inteiramente falsas encerradas em histórias emocionalmente atraentes e constantemente amplificadas online parecem ter adquirido o poder de convencer uma parte significativa do eleitorado. Um discurso apaixonado prevalece sobre a dura realidade, o sentimento domina a razão”.

Resumindo mais ou menos o que consta do artigo citado, as mentiras ou, o que é pior, as meia-verdades, são postadas na internet, se multiplicam espantosamente e viram verdades incontestáveis dali a cinco minutos.

É a versão moderna da expressão antiga de que “em tempos de guerra, a verdade é como terra”.

Ou, de acordo com Goebbels, o Ministro de Propaganda de Hitler, uma mentira repetida mil vezes vira verdade. Na internet, nem precisa repetir a mentira mil vezes. Basta uma vez bem encaixada e os amigos dos amigos dos amigos virtuais se incumbem de compartilhar.

Já vi no face lorotas incríveis, montagens fantásticas e afirmações abusadas. Fotos antigas são reaproveitadas com cabeças trocadas e personagens ardidamente substituídas para comprometer a personagem que se pretende difamar.

Tudo isso feito por pessoas de reputação ilibada e suposta honestidade intelectual, certos de que “no amor e na guerra, vale tudo”.

Mas, depois de digressões, volto ao começo: vi no facebook que o Presidente vai vender o Aquífero Guarani. E dizia mais. Vai vender para a Nestle.

Vou à Wikipédia por intermédio do Google: “Aquífero Guarani, foi o nome que, em 1996, o geólogo uruguaio Danilo Anton propôs para denominar um imenso aquífero que abrange partes dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e, principalmente, Brasil, ocupando 1 200 000 km²”. Nota de roda-pé, que sou eu mesmo: aquífero, antigamente, tinha trema.

Continuo no Google, desta vez no site do DAEE: “O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Está localizado na região centro-leste da América do Sul, entre 12° e 35° de latitude sul e entre 47° e 65° de longitude oeste e ocupa uma área de 1,2 milhões de Km², estendendo-se pelo Brasil (840.000 Km²), Paraguai (58.500 Km²), Uruguai (58.500 Km²) e Argentina (255.000 Km²). Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total), abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

Para continuar este artigo preciso da Constituição Brasileira. Tenho na estante, mas é mais rápido digitar no símbolo do lado esquerdo baixo do computador os termos “a quem pertence a água”, um artigo que escrevi há tempos para esta mesma revista e acabo encontrando o trecho de que necessito, que remete ao artigo 20, item III do livrinho que esta na estante:

“São Bens da União: os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.”

E continuo:

“o Brasil, como se sabe, possui três esferas de Administração: a União, os Estados e os Municípios.” E é por isso que a mesma Constituição, no artigo 26, I, estabelece que “incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito”.

Ainda, de acordo com a Constituição, para se privatizar bens públicos, é preciso a aprovação de lei pelo Poder Legislativo, o Congresso Nacional quanto aos bens da União e as Assembleias Legislativas, quanto aos bens estaduais.

O caso do Aquífero Guarani, bem pertencente aos Estados nos seus limites territoriais, com ou sem trema, seria preciso aprovar uma Emenda Constitucional da União e de cada Estado envolvido, com quórum qualificado de 3/4 e, por se tratar de bem de uso comum do povo, de bem essencial para o povo, para a vida, desconfio que nem isso basta, pois a propriedade da água estabelecida no livrinho é cláusula pétrea, imutável, pois. Vender o Guarani, vender qualquer aquífero, por se tratar de bem de uso comum da população, é tão impossível quanto vender o ar.

Para resumir a lengalenga desse artigo, que não é de luxo, vou escrever em letras maiúsculos para não deixar qualquer dúvida: É MENTIRA QUE O PRESIDENTE VAI PRIVATIZAR O AQUIFERO GUARANI. Três pontos de exclamação.

“Mas, no Estado de São Paulo a água já é privatizada”, pondera meu neto Leonel, de 18 anos, depois de toda a minha argumentação indignada, referindo-se à SABESP.

E eu explico meio desanimado: a SABESP, ou qualquer concessionário do serviço de água e esgoto, não é dona da água e, para usá-la, depende de autorização do órgão gestor que, em São Paulo, é o DAEE. O que a SABESP vende não é a água, que não lhe pertence, mas o serviço de captar, tratar e entregar água potável e recolher esgoto na casa de cada um.

Não sei se convenci meu neto.

Espero que consiga convencer o leitor.

ÁGUAS^{EM} MOVIMENTO 2017



21 A 23
DE JUNHO
FLORIANÓPOLIS-SC



27 A 29
DE SETEMBRO
FLORIANÓPOLIS-SC



CONGRESSO ABES
FENASAN 2017

02 A 06
DE OUTUBRO
SÃO PAULO-SP



ENCOB

15 A 20
DE OUTUBRO
BRASÍLIA-DF



26 A 01
DE DEZEMBRO
FLORIANÓPOLIS-SC



MAIS EVENTOS
EM NOSSO SITE:
REBOB.ORG.BR

Confira como é fácil acessar e compartilhar nossa revista na internet:



revista on-line

visite: WWW.AGUASDOBRASIL.ORG

1 Acesse:
www.AGUASDOBRASIL.org
e clique na miniatura da
edição desejada.

2 Explore:
com um duplo clique você
poderá ampliar a imagem para
melhor leitura.



3 Compartilhe:
Clicando no ícone "e-mail"
(próximo as miniaturas de
páginas) você poderá
compartilhar a revista nas
redes sociais ou
encaminhar por e-mail.



A GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ENCONTRO DOS ORGANISMOS DE BACIA
DA AMÉRICA LATINA – RELOB

COSTÃO DO SANTINHO
FLORIANÓPOLIS - SC

21 A 23 DE JUNHO | 2017

Crédito da imagem: Resort Costão do Santinho



PROMOÇÃO

APOIO

ORGANIZAÇÃO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

